



RESOLUÇÃO Nº 002/2021 – AD REFERENDUM DO CONEPE

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Turma Fora de Sede de Licenciatura em Letras a ser ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso.

O Reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso “Carlos Alberto Reyes Maldonado” – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o art. 19, §1º c/c art. 32, X do Estatuto da UNEMAT (Resolução nº 002/2012-CONCUR); considerando a Portaria MEC/SEB nº 412, de 17/06/2021, Edital nº 035-MEC-SEB, de 21/06/2021, Processo nº 383004/2021 e Parecer nº 025/2021-AGFD/PROEG

RESOLVE AD REFERENDUM DO CONEPE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Turma Fora de Sede de Licenciatura em Letras a ser ofertado na Universidade do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso Turma Fora de Sede de Licenciatura em Letras visa atender a legislação nacional vigente, a Portaria MEC/SEB nº 412, de 17 de junho de 2021, as Diretrizes Curriculares Nacionais e normativas internas da UNEMAT e tem as seguintes características:

- I. Carga horária total do Curso: 3.560 horas;
- II. Integralização em 8 (oito) semestres, no mínimo;
- III. Período de realização do curso: noturno, eventualmente, com atividades diurnas;
- IV. Forma de ingresso: por meio de SISU e/ou vestibular próprio, com oferta de 40 (quarenta) vagas.

Art. 3º O Projeto Pedagógico do Curso consta no Anexo Único desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Reitoria da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres/MT, 23 de agosto de 2021.



Prof. Dr. Rodrigo Bruno Zanin
Presidente do CONEPE



ANEXO ÚNICO
RESOLUÇÃO Nº 002/2021-AD REFERENDUM DO CONEPE

DADOS GERAIS

REITOR: Professor Rodrigo Bruno Zanin
VICE-REITORA: Professora Nilce Maria da Silva
PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO: Professor Alexandre Gonçalves Porto

DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do curso	Licenciatura em Letras
Ano de Criação	2021
Grau oferecido	Nível Superior
Título acadêmico conferido	Licenciatura em Letras
Modalidade de ensino	Turma única – Modular/Presencial
Tempo mínimo de integralização	8 semestres, mínimo; e no máximo, 12 semestres;
Carga horária total	3.560 horas
Número de vagas oferecidas	40 vagas
Turno de funcionamento	Noturno
Formas de ingresso	SISU e/ou vestibular específico
Período	Noturno, eventualmente com atividades diurnas

1. Informações gerais sobre o curso

A Educação Universitária constitui um espaço para o qual converge Ensino, Pesquisa e Extensão, eixo fundamental que, ao mesmo tempo em que engrena importantes mudanças nas práticas sociais é também impulsionado pelas transformações sociais, em um movimento dialético, saudável e incessante. Dentre os temas que sofrem frequente reflexão no interior das Universidades está a linguagem humana que, pelo poder simbólico, constitui-se como fonte de questões que estão no centro dos cursos de Letras, cujo fundamento é a própria linguagem: a língua e a comunicação humana, as mudanças sociais e o discurso, a cultura e a literatura. Nas palavras de Hjelmslev, “[...] a linguagem cativou o homem enquanto objeto de deslumbramento e de descrição, na poesia e na ciência”.

O Curso de Letras pode também ser desenvolvido em diferentes habilitações relacionadas ao estudo da Língua (Portuguesa, Espanhola e Inglesa) e Literaturas, conforme a necessidade de se formar profissionais capacitados para atender às demandas socioeducativas nacionais e por regiões, visto que as escolas de Ensino Fundamental precisam oferecer, obrigatoriamente, pelo menos uma língua estrangeira, a partir do sexto ano do Ensino Fundamental, conforme é expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, Art. 26 § 5º: “Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição”. No Ensino Médio, também é obrigatório incluir uma língua estrangeira no currículo, conforme LDB, IV Seção, Art. 36, III, onde se lê: “será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição”.

Ainda na LDB destaca-se o Inciso IV do seu artigo 9º que afirma que caberá a União estabelecer em colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. A partir



deste trabalho conjunto que surgiu em 2014, a Lei nº 13.005/2014 que promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), no qual reitera-se a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa as diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regionais, estaduais e locais. E é assim que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é constituída, com foco no desenvolvimento de competências e educação integral, com garantia de igualdade, diversidade e equidade.

Diante do exposto, destaca-se dentro da Meta 7 do Plano Nacional de Educação a estratégia 7.5 que visa a formalização e execução de planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar, de modo que o presente projeto visa atender esta meta, com o desenvolvimento e oferta de uma formação em Letras direcionada para os princípios estabelecidos no PNE e nas BNCC.

Neste cenário da BNCC, o Curso de Letras se destaca, visto que no Ensino Fundamental dentre as áreas do conhecimento é visível a amplitude e importância da área da Linguagem ao englobar os componentes curriculares da Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa (a partir dos anos finais (6º ao 9º ano).

É notório que o curso de Letras atua diretamente na formação destes componentes curriculares, pois o estudo da Língua está muito além da língua falada, nacional e estrangeira, a linguagem está na interpretação dos conceitos e informações em todas as manifestações artísticas, sociais e culturais.

Como forma de garantir que o curso atenderá os objetivos do Edital nº 35 de 21 de junho de 2021, será enviado pelo órgão responsável pelo ensino de graduação um relatório anual à Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (DIFOR/SEB) vinculada à Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação, relatando sobre o estado do desenvolvimento das ações previstas no currículo e no curso.

2 Contextualização do curso face às políticas institucionais, nacionais e/ou regionais e às demandas

2.1 Parte 1 - Políticas nacionais

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 6º, a educação já é tratada como um direito social e o Capítulo III Seção I, o qual rege sobre a Educação, a apresenta como um direito de todos e dever do Estado e da família a sua promoção e incentivo. E desde 1988 a Educação vem sendo assim tratada pelo Estado, que segue desenvolvendo políticas para seu desenvolvimento e ampliação com o objetivo de garantir a todos esse direito fundamental.

Neste sentido, é fundamental também reconhecer que todas as atividades humanas são mediadas por diferentes tipos de linguagens: verbal, corporal, visual, sonora e mais atual a linguagem digital. A BNCC e o PNE (Lei 13.005 de 25 de junho de 2014) reconhecem esse cenário, de tal maneira que no PNE são previstas várias estratégias para a formação específica e continuada dos professores

O PNE prevê várias estratégias que tratam da promoção da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior e com conhecimento das novas tecnologias educacionais, permitindo o desenvolvimento de práticas educacionais inovadoras (metas 1.8 e 5.6). O PNE estimula também a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais (1.9).



Além da educação infantil, as estratégias estão relacionadas com a implantação de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas, conforme suas necessidades, localidades e características específicas de sua população (estratégia 4.3). Procura-se, assim, consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, com respeito a articulação entre os ambientes escolares e comunitários com garantia das condições de um desenvolvimento sustentável e preservação das diversas identidades culturais de cada região (estratégia 7.26).

Para atender a estes objetivos, o ambiente universitário é o ponto de partida, pois é a partir da oferta de educação superior pública e gratuita, prioritariamente, para a formação de professores e professoras da educação básica (estratégia 12.4) que se consegue formar profissionais habilitados com as competências necessárias para promover a mudança da realidade da educação em todos os níveis.

Com o reconhecimento da importância do papel da Educação Superior na formação inicial e continuada, com garantia de inovação, dos professores e diretores escolares é que foi Institucionalizado o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores de Escolares (Portaria nº412, de 17 de junho de 2021) em que as propostas pedagógicas dos cursos de Licenciatura apoiados pelo Programa devem estar devidamente alinhados BNCC e à Resolução CNE/CP nº2 de 20 de dezembro de 2019 que instituiu a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação),

Deste modo, reafirma-se que o curso que aqui se apresenta visa valorizar as práticas de ensino e principalmente propor uma mudança quanto a sua forma de aplicação em consonância com as metodologias ativas e inovações tecnológicas, através de um trabalho sistemático e articulado, conforme também preveem as estratégias 15.8 e 15.9 do PNE.

2.2 Parte 2 - Políticas institucionais/regionais

Para o pleno desenvolvimento das ações que visam o atendimento das diretrizes do PNE (Art. 2º) é necessário que se estabeleça um regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e é por isso que o presente projeto se destaca pela amplitude de sua cobertura, ao envolver 3 estados, a partir do trabalho conjunto de 3 diferentes Instituições de Ensino Superior. Conforme prevê a meta 15 e suas estratégias, destaca-se aqui a meta 15.1 do PNE

atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Município, e defina obrigações recíprocas entre os participantes.

A Universidade do Estado de Mato Grosso é uma IES multicampi, distribuída em todo o território do estado de Mato Grosso através também de seus Núcleos e Polos Pedagógicos. Surgiu em 1978 a partir da criação do Instituto de Ensino Superior de Cáceres, que traz em sua história a marca de ter nascido no interior a partir do reconhecimento da importância que o Ensino Superior tem para o desenvolvimento social e econômico da população.

Ao longo de sua trajetória desenvolveu diversas modalidades para a oferta do ensino superior, dentre as quais destaca-se neste momento a educação indígena, pois esta foi uma ação que é anterior ao PNE e atende a estratégia 4.3 de implantar, ao longo do PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.

É notório que desde a sua criação, a UNEMAT desenvolve ações pioneiras para atender à população de Mato Grosso e segue expandido através de seus egressos que levam formação e desenvolvimento para diversas áreas e regiões do Brasil, pela oferta de diversos cursos de graduação e de pós-graduação.



A pós-graduação *strictu sensu* da UNEMAT teve seu início no ano de 2006 e desde então segue em crescimento expressivo, atende diversas áreas do conhecimento, em atendimento às demandas regionais do Estado e internas da instituição.

2.3 Parte 3 – Demandas

A UNEMAT, desde sua fundação, iniciou com oferta de cursos de licenciatura, Letras e Pedagogia, e historicamente tem participado do atendimento à qualificação profissional dos professores do Estado de Mato Grosso ao longo desses mais de 40 anos. A UNEMAT, institucionalmente, está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITEC, e legalmente é credenciada pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/MT. Com sede na cidade de Cáceres, a UNEMAT conforme Resolução n.039/2019/CONSUNI, possui 13 *Campi* Universitários, dois *campi* avançados, 11 núcleos pedagógicos e 27 polos pedagógicos.

Neste cenário, a UNEMAT encontra-se inserida em 41 dos 142 municípios que formam o Estado, proporcionando assim, o acesso ao ensino superior público para a população do interior do Estado, bem como, a qualificação para as atividades profissionais, priorizando especificidades regionais e respeitando as características socioambientais, contribuindo, desta forma, com o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, econômico, social e cultural de Mato Grosso.

A Universidade, ao longo de sua existência, tem se dedicado à formação de professores e à questão ambiental, em decorrência das próprias características do Estado e, também, pela sua organização multicampi. Os Projetos Pedagógicos dos cursos ofertados pela UNEMAT, independentemente da modalidade, têm como prioridade acadêmica o acompanhamento e a flexibilização curricular com vistas à melhoria do ensino.

Desse modo, a UNEMAT tem uma vasta experiência no processo de formação de professores e destacamos, especialmente, a formação de professores em serviço, a exemplo do Programa Parceladas, do Programa de formação de professores indígenas, da parceria com o Programa Universidade Aberta do Brasil.

A Universidade está atenta ao processo contínuo de mudanças que ocorre na sociedade e consciente do seu papel institucional na formação do cidadão. Para tanto, constantemente em conjunto com a SEDUC/MT, Secretaria de Educação de municípios da nossa região e pelas ações da Diretoria de Educação à Distância-DEAD são realizados levantamentos de demandas que indicam as necessidades locais e regionais para oferta de cursos de licenciaturas. Nesse contexto, identificamos por meio dessas pesquisas, aumento mais acentuado de procura por cursos de licenciatura nas áreas Ciências da Natureza e Matemática, bem como temos percebido ao longo da implementação da Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019 demandas acerca da oferta do curso de Pedagogia com ênfase na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental. Desse modo, a implementação de cursos de licenciatura a serem ofertados pelas IES da Região Centro-Oeste, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade Católica de Brasília (UCB) atendam essas demandas. De modo direto, irão atender professores que ainda não possuem formação adequada em relação à atuação profissional, em busca da segunda licenciatura e jovens egressos do Ensino Médio.

3 Perfil do egresso

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pela Resolução CNE/CES 18, de 13/03/2002), os cursos de Letras enfatizam “a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas”. Nesse sentido, o Curso de Licenciatura em Letras se empenha para formar profissionais capazes de lidar com a realidade hodierna, na qual há um mercado de trabalho exigente que requer, além do domínio da língua materna, bom desempenho em uma língua estrangeira, habilidade para usar as tecnologias digitais disponíveis e capacidade de filtrar o volume extraordinário de informação produzido diariamente. Esse mercado também exige sensibilidade desenvolvida para compreender a necessidade de preservar os valores e as



riquezas culturais peculiares a cada comunidade, a cada sociedade, a cada povo, por isso a importância de investir na formação didática do professor, e não apenas no eixo conteudístico.

O domínio dos conteúdos, tomado isoladamente, não é o único fator que precisa ser avaliado em uma formação docente, pois há habilidades e capacidades relacionadas ao aporte didático-pedagógico com o qual poderá oferecer ao egresso condições para mediar seu conhecimento em sala de aula e para construir um espaço dinâmico de interação e de interlocução com os alunos. Dessa forma, disciplinas voltadas à formação docente são extremamente relevantes para equilibrar o processo de formação do licenciado em Letras. Além disso, faz parte deste processo de formação desenvolver capacidades relacionadas às competências associadas à prática da investigação dos recursos expressivos da linguagem. O Curso de Licenciatura em Letras busca, assim, atender ao perfil do licenciado em Letras que visa à:

- Formação de profissionais da educação, interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as diferentes linguagens - verbal (escrita, oral ou visual-motora, como Libras), corporal, visual, sonora e digital, ampliando suas possibilidades de participação na vida social e, conseqüentemente, conscientes de sua contribuição no processo de transformação das linguagens.

- Deve ter conhecimento do patrimônio cultural e linguístico desconhecido por grande parte da população brasileira como as variedades do português, as línguas indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras. Deve ser capaz de refletir e se posicionar sobre os textos circulantes nos diversos campos de atividade humana, considerando-se, assim, as múltiplas formas de expressão como a literatura infantil e juvenil, o cânone, o culto, o popular, a cultura de massa, das mídias e as culturas juvenis estabelecendo a interação e o trato com o diferente.

- Deve fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pela Resolução CNE/CES 18, de 13/03/2002).

Balizado pelos parâmetros que regem os princípios do ensino universitário, o Curso de Licenciatura em Letras desenvolve ações conjuntas no Ensino, Pesquisa e Extensão. Assim, espera-se que o egresso do curso seja capaz de ser um mediador seguro dos processos de ensino-aprendizagem relacionados à língua, e que também seja um profissional zeloso pela tradição literária e interessado em fenômenos linguísticos; espera-se, ainda, que saiba lidar em seu cotidiano com as diferenças linguísticas e culturais. Outrossim, que apresente as seguintes características listadas pela Portaria do INEP Nº 506 de 6 de junho de 2017, ENADE 2017, para, no componente específico da área de Letras – Português-Inglês – Licenciatura ser:

- I. sensível às diferenças interculturais;
- II. crítico na articulação e na transposição de questões teóricas e práticas;
- III. reflexivo na mobilização de recursos linguísticos e teórico-metodológicos com vistas à prática docente em língua portuguesa;
- IV. comprometido com uma formação docente contínua, investigativa, propositiva, empática e crítica, em constante diálogo com as diferentes áreas de conhecimento.

Ainda, segundo a Portaria do INEP Nº 506 de 6 de junho de 2017, ENADE 2017, no componente específico da área de Letras Português - Licenciatura, o perfil do concluinte deve ser constituído pelas seguintes características:

- I. comunicativo em diferentes contextos socioculturais;
- II. ciente da linguagem como fenômeno social, ideológico, político, histórico, cognitivo, educacional, cultural e intercultural;
- III. crítico e investigativo sobre as línguas portuguesa e suas respectivas literaturas e metodologias de ensino;
- IV. consciente das variedades linguísticas e culturais e de suas implicações no processo de ensino e aprendizagem;



V. consciente das diferenças socioculturais, a fim de contribuir para a superação de preconceitos linguísticos e de exclusões sociais e culturais: étnico-raciais, religiosas, gêneros, classes, diversidades sexuais, faixas geracionais e pessoas com necessidades especiais;

VI. comprometido com a formação dos estudantes nos diferentes contextos de atuação, a partir de uma concepção crítica de ensino e dos processos de aprendizagem;

VII. responsável pela sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente, à luz da dinâmica do mercado de trabalho e das inovações tecnológicas.

4 Objetivos do curso

Em consonância com a vocação principal da Universidade do Estado de Mato Grosso, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Universidade Católica de Brasília, o Curso de Licenciatura em Letras tem como objetivo formar professores para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O Licenciamento em Letras visa proporcionar ao aluno conhecimentos relacionados aos diferentes aspectos da linguagem humana, passível de aplicação em inúmeros campos de atividade. Assim, os objetivos do Curso de Licenciatura em Letras, para os acadêmicos que se licenciam com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa envolvem a compreensão dos fenômenos da linguagem.

4.1 Objetivo Geral

- Fornecer ao egresso condições para mediar seu conhecimento em sala de aula e para construir um espaço dinâmico de interação e de interlocução com os alunos, a fim de analisar e refletir a realidade e transformar tanto o ambiente escolar, por meio do processo de ensino/aprendizagem, como sua realidade social.

4.2 Objetivos Específicos

- Articular o conhecimento teórico com a prática docente, de forma direcionada aos princípios da BNCC e do PNE;
- Entender o funcionamento da linguagem humana;
- Perceber a heterogeneidade constitutiva das línguas vivas e dos discursos com que os homens exprimem sua relação com o mundo;
- Compreender a estrutura das línguas naturais contempladas;
- Perceber a importância da literatura na expressão da experiência humana;
- Compreender como se constitui um sistema literário específico;
- Compreender as relações sincrônicas e diacrônicas em um sistema literário.
- Fomentar a aplicação dos conhecimentos teóricos com a prática pedagógica em sua integralidade por meio da residência docente, estágios e todo tipo de atividade de prática pedagógica;

Além dos objetivos, já apresentados, comuns aos cursos de Letras em todo o país, consideram-se igualmente importantes os objetivos abaixo, relacionados à realidade do Centro-Oeste:

- Contribuir para o crescimento cultural do Centro-Oeste em todas as suas regiões;
- Formar professores/pesquisadores interessados nos estudos das culturas e literaturas afro-brasileiras e indígenas, e em línguas e linguagens indígenas do Brasil, em especial do Centro-Oeste.

5 Concepções e práticas pedagógicas do processo formativo: metodologia e avaliação

5.1 Aspectos teóricos conceituais

A cultura digital trouxe uma nova dinâmica de trabalho para a universidade e modificou o papel do professor universitário, pois cada vez mais entende-se que a prática do professor que está na escola se constitui de acordo com as experiências vivenciadas no seu processo



formativo. Nessa perspectiva, torna-se cada vez mais necessário aproximar os dois espaços mais importantes de formação dos professores: a universidade e a escola. Essa articulação é importante, pois a universidade não são os únicos lócus de formação do professor.

Imbernón (2009) ao problematizar os processos de ensino e aprendizagem no contexto da docência universitária aponta a grande importância dos professores na gestão da aprendizagem dos estudantes, que implica na motivação e no incentivo para a busca de diferentes fontes de conhecimentos, incluindo as experiências com as tecnologias digitais. Em linha com esse pensamento, acreditamos que essas vivências podem estimular uma aprendizagem diferenciada e alinhada à profissão desses futuros professores.

Mancebo (2009) observa que há uma relação entre as tecnologias digitais e o estabelecimento de novas práticas, que são por elas impulsionadas. No entanto, não é uma relação linear e automática, pois depende dos significados que são atribuídos aos artefatos tecnológicos e de fatores como formação do professor, infraestrutura tecnológica, etc. A autora alerta que:

As tecnologias não precisam ser integradas ao universo educacional apenas porque seu uso já está generalizado, porque são garantia de uma educação atualizada ou, ainda, porque constituem condição fundamental para facilitar a aprendizagem. De fato, o que se coloca em questão é a possibilidade de conduzir, intencionalmente, as mudanças que escolhemos inscrever em nossas práticas, a partir dos usos que também escolhemos fazer das tecnologias (MANCEBO, 2009, p. 218).

Nessa perspectiva, percebemos a importância dessas práticas no contexto da formação de professores, pois as ações podem desencadear mudanças importantes nos processos de aprendizagem. Além disso, podem contribuir para a formação de leitores críticos diante do volume de informações a que os estudantes estão expostos no contexto da cultura digital (O'REILLY, 2015).

A concepção teórica metodológica deste projeto de curso parte da premissa de que há uma demanda de formação inicial, que prepare o professor para o uso de tecnologias digitais na escola de maneira crítica e criativa. E de que as práticas pedagógicas dos professores no ensino superior sejam capazes de converter os usos sociais de tecnologia em usos pedagógicos/educacionais. Fullan (1993) destacou que a formação de professores é o maior problema e ao mesmo tempo a maior solução para os problemas da educação, pois não existe uma fórmula certa, não existe um só caminho, uma só metodologia, uma só concepção teórica ou um conjunto de práticas que possam oferecer soluções fáceis.

Hargreaves e Fink (2006) apontam que as mudanças e inovações que são sustentáveis são capazes de reter o melhor do passado e da diversidade de práticas, são resilientes às pressões de ordem política ou institucional, não têm pressa para ver resultados e, por consequência, não desgastam as pessoas envolvidas. Segundo Pischetola (2016), os projetos sustentáveis (com uso de tecnologias digitais) precisam ser construídos com a participação dos atores envolvidos, precisam ter como premissa a percepção da tecnologia como cultura e colocar o foco da formação de professores nas metodologias e não nas técnicas.

Assim como no mundo dos negócios, a sustentabilidade visa alcançar um ambiente sólido, que tenha benefícios a todos os envolvidos. E para que isso aconteça na educação é preciso colocar como objetivo primeiro da inovação a aprendizagem dos estudantes, que ao ser renovada como um compromisso institucional e das ações docentes, pode ter um potencial de relevância, difusão e continuidade que geram a sustentabilidade.

O estudo de Marcelo (2013) apresenta alguns questionamentos importantes para pensar a inovação nas escolas: Por que as mudanças e inovações em escolas têm pouco impacto na melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos? Quais são as razões pelas quais as nossas escolas continuam a funcionar de uma forma que é considerada obsoleta em outros campos sociais e profissionais? Ele aponta que a integração da tecnologia não significa inovação das práticas, pois mostra que 78,7% dos professores consultados utilizam a tecnologia para transmitir conteúdos, como apoio para exposição oral. Marcelo (2013) destaca ainda que, mesmo com processos formativos contínuos, os professores ainda têm dificuldades de modificar as suas práticas com o uso das tecnologias.



O autor indica que o processo de implementação de uma inovação com o uso de tecnologias na sala de aula precisa considerar três dimensões básicas: o profissional que inova, a inovação em si e o contexto no qual a inovação pretende ser implementada. De acordo com Braga, Genro e Leite (2010, p. 35) existem algumas premissas básicas para pensarmos a inovação no contexto da prática pedagógica:

- O conhecimento que fundamenta a ação inovadora não é relativista, mas se constrói no embate, na articulação e/ou na apropriação de outras formas de conhecimento;
- A inovação constitui-se na articulação de racionalidades que vai além da cognitivo-instrumental;
- A inovação é multicultural, aberta a novas configurações de conhecimentos, a à tolerância;
- A inovação não é um ente abstrato: toda ruptura surge num contexto que é histórico, que é humano; surge num determinado tempo, lugar e circunstância; na tensão dos espaços micro e macro institucionais; no jogo de forças; nas lutas concorrenciais, nos jogos de poder e conflito entre pessoas – professores, alunos, dirigentes institucionais e outros;
- O protagonismo presente nas formas de inovação mostra as subjetividades presentes, ou seja, amplia a possibilidade de os sujeitos dizerem sua palavra;
- O protagonismo envolve novas configurações de poder, muda as relações entre a base e as decisões centrais, de sala de aula, da universidade, do sistema educativo como um todo;
- A inovação pode envolver um processo de mudança que não é espontânea e surge em determinadas circunstâncias e em um ponto em que o todo e as partes se obrigam a tomar outras direções;
- Não necessariamente, a inovação constitui-se em mudança total – esta vai se dar por meio da ruptura e em patamares diferenciados. Certamente, a ruptura questiona as bases epistemológicas vigentes.

Conforme aponta Pischetola (2016), para criar inovação nas práticas pedagógicas com uso de tecnologias, é necessário ter condições de “sustentabilidade”, ou seja, é importante considerar os elementos do contexto, que incluem a infraestrutura tecnológica, os recursos humanos e a cultura organizacional da instituição. Nesse sentido, as práticas inovadoras dependem muito desse contexto organizacional da instituição, ou seja, um contexto que tenha infraestrutura tecnológica, recursos humanos para apoio ao professor e uma cultura organizacional favorável pode impulsionar os professores a desenvolverem práticas inovadoras com uso de tecnologias.

A descoberta de caminhos fecundos que permitam a produção de mudanças qualitativas e pertinentes nas escolas supõe a possibilidade de fazer dos professores produtores de inovações, articulando, no seu exercício profissional, a produção de mudanças com as dimensões da pesquisa e da formação. A produção de inovações, em cada estabelecimento de ensino, assume, portanto, a forma de um empreendimento de aprendizagem coletiva (CANÁRIO, 2006, p. 19).

Na perspectiva de Canário (2006), a reorganização do currículo precisa articular interativamente as situações de informação, de interação e de produção. “É esta articulação que poderá permitir a evolução do sistema de formação, de uma lógica de repetição de informações para uma lógica de produção de saberes” (CANÁRIO, 2006, p. 77). Mas a realidade é que ainda há um abismo muito grande entre as práticas pedagógicas e o uso de tecnologias nessas práticas. Percebemos, assim, que a chave para entender esse abismo está na formação dos professores. (RIEDNER, 2018).

Para ser um processo permanente, a inovação das práticas precisa partir do professor, pois como alerta o autor, a inovação é encarada como externa à escola, que não é considerada um lugar de criação, mas um terreno de acolhimento. O professor necessita de uma formação, que lhe permita construir alguns conhecimentos básicos e habilidades para a gestão das tecnologias e para compreender a tecnologia como cultura. É na formação inicial que o professor pode ter maiores possibilidades, experiências e práticas que lhe permitam construir conhecimentos e habilidades para o uso das tecnologias digitais na escola. (RIEDNER, 2018).

Para Canário (1987), toda inovação implica em um juízo de valor (quase sempre negativo), com relação às práticas anteriores. Por isso os professores têm dificuldades de lidar



com as inovações, pois elas sempre questionam, direta ou indiretamente, as suas práticas. E para o professor é difícil separar a sua atividade profissional de quem ele é, pois a profissão docente é relacional. Sendo assim, as inovações pressupõem mudanças não só das práticas dos professores, mas também de quem eles são, dos seus valores, representações e atitudes. (RIEDNER; PISCHETOLA, 2021).

A inovação das práticas não tem uma fórmula para aplicação, ela depende das características institucionais, curriculares, estruturais, pedagógicas, sociais e culturais do campo específico no qual ela se insere. Nesse sentido, é urgente a reestruturação dos currículos e das práticas de formação de professores, para que sejam alinhadas a um projeto de formação institucional e conectados com as necessidades de formação do contexto social que a universidade atende. Para Kenski (2013)

[...] a nova cultura tecnológica fortalece as condições para que as ações educativas promovidas pela universidade possam sair do seu isolamento e do seu “autismo” e se integrem colaborativamente com as demais instâncias da sociedade e, por mais surpreendentemente que pareça, com as demais áreas, cursos e professores da própria universidade (KENSKI, 2013, p. 75).

Esse cenário demonstra a necessidade de transformação curricular, que seja capaz de unir a potencialidade das tecnologias digitais com os objetivos de desenvolvimento da aprendizagem, pois a partir dessas experiências de formação, os professores podem construir novas percepções sobre o potencial das tecnologias digitais para a aprendizagem.

5.2 Aspectos teóricos metodológicos

Considerando o cenário social, educacional, cultural e tecnológico em que as escolas e os estudantes estão inseridos, essa proposta de formação, tem como prerrogativa o desenvolvimento de práticas pedagógicas que sejam contextualizadas com a necessidade de formação dos professores, para que estes tenham experiências de aprendizagem baseadas na pesquisa, na experimentação, na criatividade, na capacidade de desenvolver soluções inovadoras para os desafios reais que permeiam o trabalho pedagógico no âmbito da educação básica.

A avaliação da aprendizagem no contexto desta proposta de formação docente será baseada na construção colaborativa do conhecimento, na valorização das características individuais de cada estudante e do seu tempo de aprendizagem, no trabalho em equipe, colaborativo e em rede, no desenvolvimento de projetos inovadores que busquem articular os conteúdos curriculares com o desenvolvimento do trabalho pedagógico nos diferentes contextos de atuação docente, na valorização dos diferentes saberes e na criação de experiências de aprendizagem em diferentes ambientes e espaços, sejam presenciais ou virtuais.

Nessa perspectiva, o trabalho docente será ressignificado, na medida em que o professor atua como mediador, gestor e sistematizador de experiências de aprendizagem (MARTÍN-BARBERO, 2005), que valorizem a autonomia e a autoria dos estudantes, bem como o desenvolvimento da criatividade, do pensamento crítico e do trabalho colaborativo. Nessa proposta de formação, o trabalho docente ultrapassará a lógica da transmissão e recepção de informações, se alicerçando na matemática como elemento fundante da sua ação pedagógica.

Ensinar é uma ação que sempre esteve relacionada com a transmissão de saber, mas à medida que a relação entre o professor e o currículo foi sofrendo transformações, esta representação alusiva ao ato de ensinar tem vindo a alterar-se significativamente, em confronto com outro sentido que consiste em conduzir alguém no sentido de realizar aprendizagens. (GOUVEIA, 2016, p. 28).

Seguindo a dimensão da matemática, o trabalho pedagógico incorpora as dimensões sociais e emocionais, valorizando o feedback, a empatia, o entusiasmo, o estímulo ao pensamento crítico e ao desenvolvimento da criatividade. Nesse sentido, “[...] a ação estratégica do professor pode ser decisiva, pois não é a mera apresentação de conhecimento que provoca a aprendizagem.” (GOUVEIA, 2016, p. 33).



A metodologia do trabalho pedagógico que engloba o planejamento didático e a avaliação da aprendizagem deverá ser pautada nesses princípios que valorizam a autonomia discente e que consideram a construção do conhecimento por meio da experimentação, do trabalho colaborativo, na valorização do erro como parte do processo de aprendizagem, do desenvolvimento de projetos e na participação ativa dos estudantes no percurso formativo.

Para sistematização e organização dos diferentes espaços de aprendizagem (presenciais ou virtuais) os professores, com garantia de sua autonomia didática, serão estimulados e encorajados a trabalharem com diferentes estratégias, abordagens, metodologias e tecnologias digitais, que integradas aos diferentes conteúdos curriculares constituirão a base da formação docente dos estudantes. Listamos a seguir algumas possibilidades didáticas:

- Aula expositiva e dialogada (presencial e/ou online);
- Trabalhos e projetos em grupo (presenciais e online);
- Trabalhos e projetos individuais (presenciais e online);
- Modelos híbridos de aprendizagem: rotação por estações, laboratório rotacional, sala de aula invertida;
- Produção de conteúdos educacionais em diferentes formatos: texto, vídeo, podcasts, infográficos, animações, etc.;
- Projetos de ensino, extensão e inovação;
- Seminários temáticos com participação de professores e gestores da educação básica e pesquisadores da área, sempre que possível;

Essas diferentes estratégias contemplam as particularidades dos estudantes e promovem a autonomia de aprendizagem, a interdisciplinaridade, a flexibilidade curricular, a articulação teórico-prática e a integração ensino-pesquisa-extensão. Além disso, o uso de diferentes metodologias favorece a formação integral e crítica dos estudantes, a concentração, o raciocínio abstrato, o planejamento, o trabalho colaborativo, a criatividade, a reflexão, a avaliação crítica, a capacidade de investigação científica e capacidade de expressão oral e escrita em diferentes espaços, sejam presenciais ou virtuais.

Para o planejamento didático-pedagógico, os professores poderão pesquisar, adaptar, remixar e utilizar Recursos Educacionais Abertos, em diferentes suportes de mídia, visando ofertar diferentes possibilidades de aprendizagem aos estudantes por meio da curadoria de recursos, tais como: artigos científicos, e-books, tutoriais, guias didáticos, vídeos, documentários, videoaulas, documentários, podcasts, jogos, simuladores, programas de computador, apps para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

A oferta dos componentes curriculares será realizada de forma presencial e os professores serão estimulados a utilizar Ambientes Virtuais de Aprendizagem, para estenderem as possibilidades de comunicação, compartilhamento, trabalho colaborativo e para usufruir das oportunidades que os Recursos Educacionais Abertos e as tecnologias digitais podem proporcionar para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

O uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) também é importante para a gestão e personalização da aprendizagem pelos professores, além de facilitar a organização didático pedagógica dos conteúdos, recursos e das estratégias de avaliação da aprendizagem. Para os estudantes, o uso do AVA é importante para que habilidades de organização, autonomia e gestão do tempo para plena participação no seu processo de formação.

6 Organização acadêmica na perspectiva dos percursos formativos

6.1 Dimensões do processo formativo

6.1.1 Alinhamento da Proposta Institucional do curso à BNCC

O PNE prevê várias metas e estratégias que tratam da promoção da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, dentre as quais destacam-se as metas assim resumidas e compreendidas:

- Meta 1 - visa universalizar a educação infantil na pré-escola e ampliar a sua oferta;



- Meta 4 - universalizar a todos os estudantes, inclusive os com algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades o acesso à educação básica e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantias a sua inclusão e acesso a recursos multifuncionais;
- Meta 5 - garantir a completa alfabetização de todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental;
- Meta 7 - fomento da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem;
- Meta 12 - elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior;
- Meta 15 - garantir em regime de colaboração entre a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios

6.1.2 Alinhamento da Proposta Institucional do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)

As competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo graduando são consonantes com as determinadas pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Assim, o Curso de Letras é proposto para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais no exercício do magistério para o ensino de língua materna e literaturas de Língua Portuguesa, observando o exposto na Portaria do INEP Nº 506 de 6 de junho de 2017, ao destacar que no componente específico da área de **Licenciatura em Letras Português**, avaliará se o estudante desenvolveu, no processo de formação, competências para:

- I. perceber diferentes linguagens como espaços de construção de sentidos;
- II. reconhecer e respeitar as diferenças culturais e formas de uso das linguagens em diversos contextos e práticas;
- III. compreender e analisar manifestações literárias e suas relações com outras linguagens;
- IV. analisar a organização discursiva em processos de construção de sentidos dos elementos linguísticos em diversas práticas sócio-histórico-culturais;
- V. produzir textos nas línguas portuguesa e inglesa em diversas modalidades, considerando diferentes contextos sócio-histórico-culturais;
- VI. entender e posicionar-se sobre os processos de leitura e seus desdobramentos nas práticas cotidianas, especialmente em relação ao exercício profissional;
- VII. analisar os conteúdos e as perspectivas teóricas adotadas nos estudos linguísticos e literários e suas implicações na atuação docente;
- VIII. conhecer, analisar e utilizar diversas tecnologias de informação e comunicação, articulando-as à prática docente;
- IX. articular teorias de ensino-aprendizagem de línguas portuguesa e inglesa e suas respectivas literaturas na proposição de ações pedagógicas;
- X. reconhecer e propor práticas investigativas relacionadas ao ensino-aprendizagem de línguas portuguesa e inglesa e suas respectivas literaturas.

Além das determinações expostas na Portaria do INEP citada, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras caminha em consonância com a Resolução 02/2019 CNE-CP, de 20 de dezembro de 2019, que estabelece as competências e habilidades contidas na “Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FORMAÇÃO)”.

6.1.3 Inclusão, pela proposta institucional, do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo

A educação brasileira começou a engrenar um processo de desenvolvimento tecnológico, e que com a Pandemia da COVID-19 algumas áreas foram propulsionadas e ao



mesmo tempo expôs, com maior rapidez, a grande dimensão da desigualdade social e do acesso à educação e à informação que se tem para superar.

Pensar em inclusão e uso pedagógico das tecnologias e suas inovações é o grande desafio a ser enfrentado em um cenário de tamanha desigualdade. O PNE em suas estratégias 15.4 e 15.5 já previa a consolidação e ampliação de uma plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos em conjunto com a implantação de programas específicos para a formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial.

Isto decorre do fato que o uso comum das tecnologias para os jovens é na grande maioria centrada no uso de redes sociais, para a comunicação, contudo mesmo reconhecendo a importância deste uso no encurtamento das distâncias geográficas o potencial do uso das tecnologias na pedagogia em consonância com as metodologias ativas de aprendizagem representam o ponto de desenvolvimento da educação, por meio de uma aprendizagem voltada para as demandas locais com vistas para o cenário global, cada vez mais empreendedor, coletivo e inovador, que reconhece a importância de se respeitar e garantir a sustentabilidade da diversidade ambiental, cultural e social.

Por fim, destacamos que nas disciplinas de Práticas de Ensino serão priorizadas as análises e o desenvolvimento de Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Empreendedorismo na articulação entre as IES e as escolas da rede pública.

6.1.4 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação

Com o intuito de proporcionar uma formação de qualidade e que o processo de ensino e aprendizagem não seja simplesmente a apreensão de conteúdos isolados e desconexos da realidade, é que esta proposta de formação inicial se organiza a partir da superação da dicotomia entre a teoria e a prática, entendendo-a no processo de formação inicial desde o primeiro semestre do curso.

Visando o desenvolvimento da atuação prática de licenciandos, por meio do estágio e disciplinas práticas, promovendo a interdisciplinaridade, o trabalho colaborativo em rede e com ênfase na vivência prática nas instituições escolares e não-escolares, é que esses componentes curriculares se constituirão como espaços de compreensão da realidade, conjuntamente às lentes teóricas, consolidando na formação inicial uma relação simultânea e recíproca de autonomia e dependência entre teoria e prática.

Para isso, serão considerados os editais do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Residência Pedagógica, ou similares, para garantir uma imersão nas escolas de Educação Básica, proporcionando atividades de regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente das instituições.

Os estágios obrigatórios totalizarão 400h da carga-horária dos cursos e compreenderão as atividades que os alunos realizam junto às instituições escolares e não escolares, sob a orientação do professor orientador e do professor supervisor de estágio. Portanto, os estágios pressupõem atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho e que se concretizam na relação estabelecida entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um professor orientador acadêmico.

E as disciplinas de Práticas Pedagógicas e com carga-horária prática têm como finalidade promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, bem como propiciar a iniciação à investigação científica a partir da observação da realidade socioeducacional. Assim, estes componentes curriculares darão ênfase aos procedimentos de observação, reflexão e escrita voltados à compreensão e atuação em situações contextualizadas da realidade educacional.

Portanto, nesta proposta do Curso, é um dos objetivos propiciar desde o início da formação a articulação entre teoria e prática; o estímulo a reflexão sobre o fazer do educador; criação de espaços de reflexão coletiva e sistemática sobre o fenômeno educacional; e a



mobilização de conhecimentos de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares.

7 Estrutura Curricular

A proposta formativa do curso de Licenciatura se estrutura a partir de dois Núcleos: Formação Comum e Específica. Estes núcleos devem atender aos 3 Grupos e às competências gerais e específicas indicadas na Resolução CNE/CP nº 02/2019, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

O Núcleo de Formação Comum (NFC) engloba as unidades curriculares que compõem as matrizes curriculares dos 04 cursos de Licenciatura (Pedagogia, Letras-Português, Matemática e Ciências), estruturando o eixo básico da formação docente. O NFC se desenvolve durante todo o percurso do estudante (do primeiro ao último semestre de formação), promovendo as competências fundamentais (conhecimentos, habilidades e atitudes) esperadas do egresso, no que tange aos conteúdos e às práticas pedagógicas.

A estruturação do NFC teve como pressuposto a BNC-Formação. As unidades curriculares que compõem o núcleo foram definidas a partir da organização dos objetivos de aprendizagem construídos para atender às competências gerais e específicas descritas na BNC-Formação. O NFC perpassa os Grupos I e II, sendo constituído por unidades curriculares teórico-práticas, práticas pedagógicas e estágios.

Já o Núcleo de Formação Específica (NFE) é constituído por unidades curriculares específicas de cada área de formação, atendendo tanto às competências gerais e específicas, quanto à preparação do professor para atuar na promoção dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para as áreas de conhecimento das licenciaturas propostas. O NFE corresponde ao Grupo II e se propõe a desenvolver domínio pedagógico dos conteúdos específicos de cada área.

7.1 Diferenciais da Estrutura Curricular e de sua operacionalização

A proposta dos cursos é resultado de profunda análise e debate acerca dos desafios educacionais e do marco legal que orienta a formação de professores no Brasil. Foram considerados ainda estudos e reflexões acerca dos sistemas educacionais e das propostas de formação docente em países considerados referência.

Assim, a estrutura curricular dos cursos representa uma nova perspectiva de formação que engloba e promove aspectos fundamentais como a imersão do estudante no ambiente escolar durante todo o curso, diretamente articulada com o desenvolvimento do projeto de vida que considera o aprofundamento da reflexão sobre a profissão de professor (conhecimento, prática e engajamento profissional), o envolvimento e a compreensão acerca da importância e dos significados da docência.

Nesta perspectiva, a inserção do estudante no curso pressupõe vivências e reflexões acerca do contexto social, dos valores humanos, da cultura e da realidade escolar de forma integrada e articulada, desenvolvidas a partir de estratégias que envolvem a problematização, a aprendizagem colaborativa, o desenvolvimento de projetos e a resolução de problemas e desafios. Também merecem destaque a abordagem da inovação em educação e a utilização de tecnologias no desenvolvimento de soluções criativas que potencializem e qualifiquem a atuação docente no desenvolvimento da aprendizagem.

Outro diferencial da implementação da proposta formativa apresentada pela rede constituída pela UFMS, UNEMAT e UCB diz respeito à operacionalização das práticas e estágios. Estes componentes curriculares serão os elementos-chave da inserção do estudante na realidade escolar, em cada um dos semestres ao longo do curso.

A realização das práticas pedagógicas e dos estágios obrigatórios contará com o apoio e suporte de um professor da universidade e de um preceptor (professor da educação básica), que realizarão a orientação e a supervisão das atividades práticas realizadas pelo estudante. Cada prática pedagógica tem uma temática que orienta a atuação na escola, e será



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



desenvolvida considerando o envolvimento e a participação da comunidade escolar e da comunidade local.

Nos estágios, os estudantes assumem como foco o trabalho desenvolvido na escola-campo de estágio. O primeiro estágio é destinado à Gestão Escolar, e os demais estágios à regência nas etapas de ensino correspondentes.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA

7.2 NÚCLEO COMUM DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIDADE CURRICULAR	CG 1	CG 2	CG 3	CG 4	CG 5	CG 6	C G7	CG 8	CG 9	CG1 0	CE1. 1	CE1. 2	CE1. 3	CE1. 4	CE2. 1	CE2. 2	CE2. 3	CE2. 4	CE3. 1	CE3. 2	CE3. 3	CE3. 4
Projeto de Vida	X		X	X		X	X	X	X	X			X			X			X		X	X
Fundamentos da Educação	X	X		X			X		X			X	X	X						X	X	
Políticas Públicas, Legislação e Gestão da Educação Básica	X			X		X	X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aprendizagem, Neurociências e Inclusão	X	X		X	X	X	X	X		X		X	X		X	X	X	X		X	X	X
Competências e habilidades profissionais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Metodologias Ativas, Tecnologias Digitais e Relações de Aprendizagem	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X	X	X		X	X	
Planejamento Pedagógico e Avaliação da Aprendizagem	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
Design Thinking e Desenvolvimento de Projetos Inovadores em Educação	X	X		X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	x	x	X	X	x	x
Educação para as Relações Étnico-Raciais	X	X	X	X	X		X	X	X	X			X		x					X		X
Cultura Surda e Libras	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X		X	X		X		X
Prática Pedagógica: gestão escolar, relação escola e comunidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Prática Pedagógica: direitos humanos, transformação social e cidadania	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Prática Pedagógica: educação, empreendedorismo e sustentabilidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA

Prática Pedagógica: educação especial, diversidade e inclusão	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Prática Pedagógica: tecnologias digitais e inovação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estágio Supervisionado em Gestão Escolar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estágio Supervisionado em Regência (I e II)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



7.2.1 COMPETÊNCIAS GERAIS:

CG1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.

CG2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.

CG3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.

CG4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

CG5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

CG6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

CG7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

CG8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

CG9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

CG10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

7.3 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

Conhecimento Profissional

CE1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.

CE1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.

CE1.3 Reconhecer os contextos.

CE1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

Prática profissional

CE2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.

CE2.2 Criar e saber gerir ambientes.

CE2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.

CE2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.

Engajamento Profissional

CE3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.

CE3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.

CE3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.

CE3.4 Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade



8 NÚCLEOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

UCs Grupo 1 - CULTURA GERAL E PROFISSIONAL

Filosofia da Linguagem

UCs Grupo 2 - FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Didática Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa

Ensino de Língua Portuguesa para Surdos

Educação bilíngue: português como segunda língua

Ensino e Letramento Literário

Tecnologias Assistivas para Ensino de Língua Portuguesa

UCs Grupo 3 - FORMAÇÃO GERAL

Literatura, História e Sociedade

Línguas Brasileiras

UCs Grupo 4 - FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Fonética e Fonologia do Português Brasileiro

Historiografia Literária

Linguística

Linguística Textual

Literatura Brasileira I

Literatura Brasileira II

Literatura Brasileira III

Literaturas Portuguesa

Morfologia do Português Brasileiro

Semântica

Sintaxe do Português

Teorias da Literatura

(Multi) Letramentos e Ensino de Línguas

9. ELEMENTOS DO CURRÍCULO

9.1 Prática como componente curricular

Definida na Resolução CNE/CP Nº 2/2019, as Práticas Pedagógicas representam momento singular e fundamental de imersão do estudante na realidade escolar. Nesta proposta curricular, as práticas pedagógicas são desenvolvidas a partir de temáticas específicas e buscam promover atividades que envolvam a comunidade escolar e a comunidade local.

Desta forma, as práticas pedagógicas se desenvolvem a partir de situações didáticas e do cotidiano educacional, onde os licenciandos problematizam e aplicam os conhecimentos que aprenderam, ao mesmo tempo em que mobilizam outros, ampliando suas competências profissionais em diferentes tempos e espaços curriculares.

Presente desde o início da formação, as práticas pedagógicas se constituem como espaços de consolidação de conhecimento e análise de situações pedagógicas, promovendo vivências que qualificam e fortalecem as dimensões da docência, criando espaços de reflexão acerca da formação da identidade docente.

9.2 Estágio Curricular

O Estágio Curricular ocupa um lugar de destaque ao se pensar a organização e o funcionamento curriculares, pois é o lugar em que os conflitos e contradições de ordem educativa, social e política emergem. Mas, é, também, o espaço-tempo de articulação entre teorias apreendidas e aprendidas na universidade, o cotidiano pedagógico das instituições escolares e os projetos e utopias de construção de uma sociedade justa em que as diferenças estejam presentes; de articulação entre o saber da área de conhecimento e o saber pedagógico.

Neste sentido, o Estágio Curricular Supervisionado, de caráter obrigatório, com carga horária total de 400 horas, é caracterizado pelo exercício da profissão *in loco*. A presença do(a) estagiário(a) em ambientes escolares visa propiciar momentos de observação, coparticipação e atuação efetiva nos processos



educativos, conhecendo assim, a dinâmica das relações estabelecidas, desenvolvendo as competências e habilidades necessárias para o exercício da profissão de docente.

Para tanto, os estudantes devem vivenciar situações em que possam discutir os problemas do cotidiano e analisá-los a partir dos referenciais teóricos estudados ao longo do curso, a fim de elaborar estratégias de intervenção que permitam tomadas de decisões adequadas. O Estágio Curricular Supervisionado é um dos espaços em que os estudos teóricos se confrontarão com os aspectos práticos favorecendo o desenvolvimento de uma postura reflexiva que deve caracterizar constantemente o trabalho pedagógico do futuro docente.

Nesse sentido, o estudante deverá estar capacitado para perceber os desafios existentes no cotidiano escolar e tratá-los como objetos de investigação, que requerem uma explicação teórica e, ao mesmo tempo, proposições práticas. Assim, torna-se necessário desenvolver algumas competências para o desenvolvimento do trabalho investigativo. Trata-se de desenvolver uma atitude de constante reflexão sobre a prática pedagógica objetivando compreender e melhorar os processos de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento dos (as) estudantes e a sua autonomia na interpretação da realidade em relação aos conhecimentos que constituem seus objetos de ensino e aprendizagem.

O acompanhamento das práticas e atividades é feito pelo professor-supervisor da IES. O professor supervisor da turma orienta seus estudantes em suas necessidades teórico-práticas, no tocante à compreensão das políticas públicas e diretrizes curriculares, às propostas metodológicas, à análise da observação feita, à elaboração de planos de ensino.

Quanto às formas de avaliação, devem-se considerar: 1) a análise dos documentos pertinentes à vida escolar; 2) a apresentação e discussão de planos de aula ou atividades a serem desenvolvidas nas escolas; 3) a apresentação, discussão e avaliação dos procedimentos de observação e das práticas desenvolvidas; 4) a elaboração do Relatório Final.

Os critérios adotados para a avaliação dessas formas são os seguintes no que se referem aos textos escritos: a) domínio de noções teóricas, capacidade de articulá-las e aplicá-las; b) domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição didática dos conhecimentos para o contexto educacional, bem como das diversas tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica; c) clareza, coesão e coerência do texto produzido; d) capacidade de argumentação e de crítica; e) independência intelectual; f) observância dos requisitos exigidos na organização do trabalho pedagógico e do trabalho acadêmico-científico; g) uso da norma padrão do português; e h) pontualidade na entrega dos trabalhos.

Quanto à socialização dos conhecimentos e habilidades desenvolvidas nos Estágios, esta pode ser realizada através de debates, painéis, fóruns, mesas-redondas, entre outros.

9.3. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), previsto na matriz curricular do curso, constitui-se como instrumento importante de ensino e aprendizagem do futuro docente porque possibilita:

- A análise de contexto e situações cotidianas dos ambientes escolares;
- A construção de saberes oriundos dessa análise crítica;
- A compreensão da sua posição de professor-investigador frente a realidade educativa.

Esses aspectos auxiliam o docente a intervir no seu espaço pedagógico considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes situações com que se depara frente aos seus espaços de atuação.

Essas propostas promovem a reflexão, a partir de situações-problema de observação participante, geradora de diagnósticos e a proposição de estratégias de intervenção que se configuram, efetivamente, como atividades práticas na medida em que o estudante é levado a interagir com a realidade escolar e trazer suas percepções para sua realidade profissional.

Neste sentido, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um momento de síntese da caminhada construída e um ponto de partida para a Educação Continuada. Neste contexto, a elaboração do TCC, tendo por base a pesquisa empírica, suscitará a construção de um artigo científico, ou monografia, ou a construção de um material didático, ou outro tipo de TCC, o qual deverá ser apresentado e submetido frente à banca examinadora.

Portanto, considera-se imprescindível que os futuros docentes conheçam e se apropriem dos procedimentos de pesquisa, como também aprendam a construir situações didático-pedagógicas que objetivem o aprendizado através da pesquisa e sistematização de conhecimento para com seus alunos.



9.4. Atividades Complementares

As Atividades Complementares (AC) têm como objetivo enriquecer o processo formativo do estudante, por meio da diversificação de experiências, dentro e fora do ambiente universitário, propiciando o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades presenciais ou a distância. Neste sentido, as atividades complementares ampliam o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com o Parecer do CNE/CES nº 492/2001.

Consideram-se como Atividades Complementares aquelas que tenham cunho acadêmico e que propiciem ao estudante as condições para o desenvolvimento de competências que contribuam para o aprimoramento da formação básica e específica do futuro profissional, bem como a integração com a sociedade e a capacidade de desenvolver ações sociais. São AC:

Atividades desenvolvidas pelas IES da rede (iniciação científica, participação em programas e projetos de extensão, participação em grupos de estudo, atuação no Programa de Monitoria, participação em atividades de representação estudantil – CAs, Atléticas, DCE, ligas acadêmicas participação em eventos acadêmicos – palestras, oficinas, cursos, entre outros;

Atividades externas que contribuam para a formação acadêmica (apresentação de trabalhos, publicação científica, exposição em Mostras, cursos de atualização, estágio não-obrigatório, viagem de estudo, atuação voluntária, representação esportiva, entre outros).

O estudante deve procurar a coordenação do curso em sua IES caso tenha dúvidas a respeito da validade da atividade externa que pretende realizar para o cômputo das horas de AC. Na UNEMAT, em consonância com a Resolução 02/2019 – CNE, estas ações não são obrigatórias.

Para validação das horas e lançamento no sistema acadêmico o estudante deve entregar o comprovante e acompanhar o registro das horas na matriz curricular, seguindo as orientações e os prazos definidos institucionalmente. A realização e comprovação das ACs como componente curricular obrigatório deve acontecer ao longo do curso, até que se alcance a carga horária prevista na Matriz Curricular.

9.5. Unidades curriculares eletivas

Outra possibilidade de ampliação e diversificação curricular é a realização de unidades curriculares eletivas. Esta possibilidade permite que o estudante construa sua formação em alinhamento com temas de relevância social e cultural, contextualizados com a sua realidade, necessidades e interesses, bem como com os desafios da carreira docente.

Assim, as unidades curriculares eletivas apresentam congruência com a área de formação profissional escolhida, podendo representar aprofundamento ou ampliação de conhecimentos em determinado campo de estudo. O estudante elege a(s) disciplina(s) que possa(m) enriquecer a sua formação acadêmica e profissional.

9.6 Extensão

As universidades pertencentes a esta rede, atentas ao Art. 207 da Constituição (1988), atuam com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesta perspectiva, a extensão é definida como um processo educativo interdisciplinar de caráter científico, cultural e social cujo objetivo é promover a interação entre a Universidade e a sociedade com a participação da comunidade acadêmica. Tem como foco aumentar o protagonismo estudantil e a dimensão acadêmica que impacte na formação do estudante.

No que tange à curricularização da extensão nos cursos de formação de professores, em conformidade com Resolução CES/CNE nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e com a meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, são considerados componentes curriculares de Extensão as práticas acadêmicas que envolvam diretamente as comunidades externas e que estejam vinculadas à formação dos discentes.

9.6.1 Creditação da Extensão

O Projeto Pedagógico do Curso de (NOME DO CURSO), cumpre o estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais. Considerando a necessidade de promover e creditar as práticas de Extensão universitária e garantir as relações multi, inter e ou



transdisciplinares e interprofissionais da Universidade e da sociedade, esse PPC se fundamenta no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); na Resolução nº 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação e na Política de Extensão e Cultura da Unemat de modo a reconhecer e validar as ações de Extensão institucionalizadas como integrantes da grade curricular do Curso (NOME DO CURSO).

A Creditação de Extensão é definida como o registro de atividade curricular de Extensão no Histórico Escolar, com escopo na formação dos alunos. Para fim de registro considera-se a Atividade Curricular de Extensão – ACE - a ação extensionista institucionalizada na Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Unemat, nas modalidades de projeto, curso e evento, coordenado por docente ou técnico efetivo com nível superior. As ACEs fazem parte da matriz curricular deste PPC e compõe, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular. Este curso (NOME DO CURSO) garante ao discente a participação em quaisquer atividades de Extensão, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. O discente deve atuar integrando a equipe no desenvolvimento das atividades curriculares de extensão (ACEs), nas seguintes modalidades:

- I. Em projetos de Extensão, como bolsista ou não, nas atividades vinculadas;
- II. Em cursos, na execução e/ou como ministrantes;
- III. Em eventos, na execução e/ou como palestrante.

As ACEs serão registradas no histórico escolar dos discentes como forma de seu reconhecimento formativo, e deve conter título, nome do coordenador, IES de vinculação, período de realização e a respectiva carga horária.

9.7. Educação Inclusiva e Libras

A Lei Federal 10.436/02, regulamentada pelo Decreto Federal 5.626/05, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), reconhecendo-a como meio legal de comunicação e expressão e outros meios de expressão a ela associados. Em seu Artigo 4º define que o Sistema Educacional Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de formação de professores, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – conforme legislação vigente.

Em atenção ao marco legal que orienta as questões relacionadas à educação inclusiva, considerando ainda a Lei nº 13.146/ 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a proposta de formação inicial de professores assumida pela UFMS, pela UNEMAT e pela UCB, se caracteriza pelo cuidado no desenvolvimento de competências que permitam a consecução de práticas educativas inclusivas, em toda sua amplitude. Para isso, propõe a desenvolver diferentes iniciativas de promoção da diversidade e da inclusão, dentre as quais pode-se destacar a presença, no Núcleo de Formação Comum, das unidades curriculares obrigatórias: Aprendizagem, Neurociências e Inclusão, LIBRAS e Práticas Pedagógica: educação e inclusão.

9.8. Conteúdos pertinentes às políticas para educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, educação ambiental

A Resolução CNE/MEC nº 1, de 17 de junho de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH).

As observações, recomendações e definições presentes nessas Resoluções, bem como no Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004 orientam as definições curriculares e as políticas institucionais no que tange à Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como as políticas para a Educação dos Direitos Humanos. Neste sentido, institui a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos relacionados ao tratamento destas questões, tendo como meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes na sociedade brasileira, marcadamente multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

A educação das Relações Étnico-raciais, segundo a Resolução CNE/MEC nº 1/2004 (art. 2º, §1), tem por objetivo “a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de posturas e valores que eduquem



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira”. Já o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo “o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas” (Resolução CNE/MEC nº01/2004, art. 2º §2º).

É pela educação para o atendimento aos Direitos Humanos que alcançaremos uma sociedade melhor e mais justa. A própria Resolução CNE/CP nº 1/2012 afirma que “a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades”. Reafirma ainda que tal educação “poderá influenciar a construção e a consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos”. Toda a compreensão da EDH se fundamenta nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.

Nesse contexto, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e mais igual, que vislumbra a diversidade social como uma diferença que nos enriquece, os cursos de licenciatura propostos apresentam, de forma transversal, em diferentes unidades curriculares, conteúdos, habilidades e atitudes que expressam as reflexões e práticas esperadas para a promoção da Educação em Direitos Humanos, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esta perspectiva se revela em estudos, vivências, debates, eventos e projetos propostos e desenvolvidos ao longo da formação nos cursos de licenciatura.

Cabe ressaltar que os princípios que orientam a Resolução CNE/CP nº 02/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental) e a Resolução CNE/CP nº 01/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos) são princípios norteadores da educação preconizada pelas Universidades que compõem esta rede, assumidos institucionalmente. Dessa forma, as questões relacionadas à formação de uma consciência cidadã, marcada pelo respeito à diversidade, pela defesa dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, econômicos e culturais, na construção de uma sociedade justa e equânime, representam o projeto de formação nestas Universidades, encontrando-se presentes em suas políticas institucionais.

O Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação) e a Resolução CNE/CP nº02, de 15 de junho de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), compõe o marco legal específico que orienta a atuação em relação à Educação Ambiental.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº02/2012, art. 3º), a Educação Ambiental “visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” e não deve ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (art. 8º).

As IES se propõem a abordar as questões e os conteúdos relacionados à Educação Ambiental também de forma transversal, em diferentes unidades curriculares, perpassando práticas, vivências, projetos e eventos, realizados ao longo de toda formação. Neste sentido, defende-se o estudo e a promoção das relações entre os organismos vivos e o meio ambiente, em defesa das condições de vida e de sobrevivência, questionando os modelos de desenvolvimento, consumo e produção em favor da vida e do planeta.

Por fim, cabe destacar que a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos e a Educação das Relações Étnico-raciais são contempladas na proposta educacional também por meio de projetos de pesquisa e extensão, desenvolvidos pelas IES.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, tanto no núcleo de formação comum das licenciaturas, quanto no núcleo de formação específica, além de orientar a atuação discente em suas práticas extensionistas e de pesquisa. Ademais, esses conteúdos são também contemplados de maneira transversal por meio da oferta de palestras, mesas-redondas, encontros e eventos culturais ao longo dos semestres.

10. Outras ações de apoio à aprendizagem

10.1 Acessibilidade e Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais



Na perspectiva de atender as demandas educacionais de estudantes com deficiência, a Universidade do Estado de Mato Grosso desenvolve ações que têm por objetivo proporcionar a acessibilidade e a inclusão. O estudante matriculado pode acessar o serviço através da solicitação à coordenação de curso que irá cadastrar a demanda para atendimento específico no Sistema SIGAA - Módulo NEE.

O coordenador do curso faz a solicitação à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) por meio do módulo NEE/SIGAA. Essa demanda será acompanhada por assistente social em diálogo com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG).

Como estratégias de inclusão, a instituição possibilita a contratação de profissionais intérpretes, letores e escreventes, entre as especialidades, de acordo com as necessidades ou outras condições apresentadas pelos acadêmicos e que precisam de acompanhamento no processo de aprendizagem. No desenvolvimento da atividade docente de ensino na Universidade do Estado de Mato Grosso é garantido o auxílio do intérprete de Libras quando estão presentes estudantes surdos. Os espaços para as aulas e as práticas têm acessibilidade a estudantes cadeirantes e com mobilidade reduzida. A escolha dos materiais didáticos prioriza o baixo custo, o amplo acesso e a maior percepção visual.

Buscando contribuir com o processo educativo, a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis tem realizado ações de sensibilização da comunidade acadêmica, por meio de lives que trazem para a agenda do dia temáticas que envolvem a acessibilidade, inclusão, respeito, apoio e empatia com as pessoas com deficiências, na universidade, no mercado de trabalho e na sociedade.

A educação inclusiva faz parte do grande objetivo do presente projeto de curso tanto no que se refere à inclusão de estudantes no Curso de Graduação, quanto na formação e preparo destes para, como profissionais, atuarem na realidade social sendo agentes da inclusão a partir de práticas e políticas educacionais. Dentro do Curso, a educação inclusiva é um princípio que fundamenta a prática docente no acolhimento de estudantes com deficiência. Mas é também um princípio para que a diferença ganhe espaço e seja positivamente trabalhada considerando que os estudantes aprendem cada um do seu modo, com destaque aos fatores biopsicossociais. Assim, as metodologias de ensino no Curso, suas práticas e seus espaços para a formação dos estudantes priorizam a inclusão de modo amplo, reconhecendo que as diferenças devem ser valorizadas como instrumentos de potencialidades para uma formação que revele as características próprias e suas potencialidades em cada futuro profissional e cidadão.

O conceito e as práticas de educação inclusiva que orientam o presente projeto de curso resultam dos avanços do tema no contexto nacional e internacional, com o qual a educação superior deve manter-se atualizada e em diálogo. Assim, e em cumprimento da legislação, o currículo deste projeto de curso traz a oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) bem como tem a educação inclusiva como tema transversal tanto nos conteúdos disciplinares quanto nas competências visadas pela formação dos estudantes. Deste modo, a educação inclusiva está presente no processo de ensino universitário, de modo que os estudantes internalizam suas concepções e possam desenvolvê-las quando atuarem na sociedade como profissionais formados e como cidadãos.

10.2 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) cada vez mais ganham importância no cenário educacional, seja no ensino a distância, no híbrido, ou em cursos presenciais. As TDICs servem como recursos auxiliares para potencializar/dinamizar os conteúdos apresentados em sala de aula, além de complementar a aquisição de competências e habilidades do licenciando.

Nesse sentido, o desenvolvimento dos componentes curriculares neste curso deverá integrar métodos e práticas de ensino e aprendizagem centrados em recursos/tecnologias digitais abertas para atingir objetivos pedagógicos, bem como prever reuniões presenciais e atividades de tutoria.

Entre tantas ferramentas de suporte, a Universidade do Estado de Mato Grosso viabiliza políticas internas para a disponibilidade dos recursos humanos e tecnológicos para a efetivação da modalidade a distância.

As ferramentas disponibilizadas pelo SIGAA são o principal recurso tecnológico para as interações dos participantes (acadêmicos, monitores, docentes, coordenador de curso e equipe gestora) nas disciplinas do curso. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem, disponibilizado no SIGAA, o docente pode organizar seu material didático-pedagógico, utilizando as diversas ferramentas do ambiente para diferentes atividades da sua disciplina. Tais ferramentas possibilitam que os professores criem tarefas, questionários, fóruns, enquetes, notícias e iniciem instantaneamente debates com a turma. Além disso, os professores podem ver rapidamente quem concluiu ou não um trabalho, dar feedback direto e em tempo real e atribuir notas. Os discentes, por sua vez, podem compartilhar reflexões entre eles e interagir no mural da turma ou por e-mail, receber avisos via e-mail de atividades postadas e que estão próximas da data de entrega. Ao



postar uma atividade e/ou avaliação, o professor pode anexar itens à sua postagem, como imagens, arquivos, itens do Google Drive, vídeos do YouTube ou links de forma rápida e dinâmica.

Todos os recursos e materiais disponibilizados pelos professores em suas disciplinas poderão ser acessados a qualquer hora e lugar. O acesso pode ser feito por meio de computadores pessoais ou da instituição, assim como diretamente do smartphone, ao acessar o SIGAA. Aulas síncronas e encontros de orientações podem ser realizados pelo *Google meet*, visto que a Universidade do Estado de Mato Grosso adquiriu assinatura ilimitada de todos os recursos da Google, bem como espaço ilimitado de armazenamento no Google Drive. Para ter acesso a todos esses serviços de forma ilimitada, basta que alunos e professores utilizem seus respectivos e-mails institucionais. O registro da carga horária executada a distância em cada disciplina será feito com base no histórico das salas de aulas criadas pelos professores. Estes Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), os quais englobam várias tecnologias em um único local, facilitam a comunicação, a postagem de materiais e o controle de atividades dos alunos.

11. Ingresso e Permanência

A UNEMAT adota algumas formas de ocupação de vagas:

1. Processo de seleção dos candidatos para a ocupação de vagas utilizando-se a nota de desempenho do ENEM;
2. Processo seletivo por vestibular próprio, especialmente quando as vagas são para atender a uma política específica, como esta de formação de professores em serviço.
3. Processo de ocupação de vagas remanescentes, por seleção própria.

Ocorrerá também um processo de seleção específico diante da necessidade de o candidato firmar compromisso com a realização de 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa conforme rege o item b do artigo 5.3 do Edital nº35, de 21 de junho de 2021 publicado no Diário Oficial da União em 22/06/2021 e de garantir uma prioridade ao atendimento de professores sem qualificação adequada.

Os acadêmicos podem contar com apoio para sua permanência ao longo do curso por meio do acesso e seleção em editais de fomento financeiro de bolsas viabilizadas pelas Pró-Reitorias de Ensino de Graduação (PROEG), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e Pró-Reitoria de Administração (PRAD).

A PROEG disponibiliza bolsas para estudantes dos cursos de graduação, via o Programa Formação de Células Cooperativas (FOCCO), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica (RP) entre outros. A PRPPG oferta bolsas pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC). A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC - oferece Bolsa Extensão; Bolsa Cultura; e Bolsa Esporte. Já a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE - concede Bolsa Apoio ao Estudante, sendo esta destinada a prestar assistência estudantil aos discentes de baixa renda devidamente matriculados nos cursos da UNEMAT; e Bolsa Auxílio Alimentação e Moradia para discentes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica. Já PRAD possibilita a participação em Bolsa Estagiário. Todas estas bolsas visam melhor integração do discente ao meio acadêmico, maior qualidade do processo de ensino-aprendizagem que eleva suas possibilidades de conclusão de curso e maior oportunidade socioeconômica para a sua permanência durante o período de formação acadêmica.

Os discentes também recebem apoio pedagógico durante a graduação, estabelecidos por professores e pela coordenação de curso, como orientações para o cumprimento das sequências didáticas de disciplinas para a conclusão do curso; resolução de problemas; orientação para os estágios, TCC's, participação em projetos, participação em eventos, e demais assuntos que beneficiam intelectualmente o discente durante o seu percurso acadêmico.

Os acadêmicos serão orientados e supervisionados pelo Coordenador de Curso, visando identificar as demandas destes de modo a garantir sua permanência no curso até a conclusão. Relatórios semestrais parciais constituirão o relatório anual, pelo qual será o meio de acompanhamento por parte da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação-PROEG sobre o desenvolvimento dos acadêmicos e aplicação do PPC do curso. Este relatório emitido pelas Coordenações de Curso auxiliará a PROEG na confecção do relatório a ser enviado à Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (DIFOR/SEB) vinculada à Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação.

11.1 Avaliação e acompanhamento do monitoramento de permanência



Cabe ao Coordenador de Curso o acompanhamento de seus acadêmicos, orientando-os quanto a importância do curso escolhido para o seu desenvolvimento social do espaço que ocupa em todas as suas vertentes. O processo de orientação pedagógica por parte do Coordenador de Curso deve contemplar desde o processo de matrícula, desenvolvimento dos componentes curriculares e resultado final semestral, de modo que o Coordenador de Curso possa desenvolver estratégias conjuntas com os docentes para garantir o pleno desenvolvimento dos acadêmicos e assim evitar a sua evasão.

Mais do que avaliar números de aprovação, reprovação e evasão, deve conhecer a realidade dos acadêmicos, reconhecendo-se que as desigualdades estão também dentro da Universidade e demandam de um atendimento particular e direcionado para os números de reprovação e evasão sejam mínimos e tenham plenas condições de se transformar no resultado almejado, a conclusão do curso de graduação.

12 Especificidades da formação acadêmica

12.1 Articulação com a Pós-Graduação

A UNEMAT conta com 24 (vinte e quatro) programas de pós-graduação *Stricto Sensu* aprovados pelas Capes, em seu conjunto esses programas contemplam 28 cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, sendo 21 (vinte e um) mestrados (11 Mestrados acadêmicos, 01 mestrado profissional e 09 mestrados profissionais em rede), bem como 07 doutorados, sendo 04 doutorados acadêmicos institucionais e 03 doutorados acadêmicos em rede.

A pesquisa faz parte do tripé que sustenta a IES. Todos os programas de pós-graduação, além da relação intrinsecamente ligada à pesquisa, também possuem em maior ou menor dimensão o foco no ensino e na extensão. Todavia, destacam-se aqui os cursos de Mestrado Acadêmico em Educação implantado em 2010 no município de Cáceres como objetivos de formar profissionais qualificados para o campo da educação que desenvolvam atividades de pesquisa relacionadas à formação de professores, políticas educacionais, práticas pedagógicas e diversidade, bem como atividades de ensino que se traduzem em mecanismos de intervenção em diferentes espaços educativos e a produção e divulgação de conhecimentos na área da educação tendo como elemento de articulação as pesquisas desenvolvidas por alunos e professores do Programa.5555l

Outro programa de Mestrado que merece destaque aqui é o de Educação Inclusiva em Rede Nacional que almeja oferecer primordialmente formação continuada e em serviço para professores do ensino fundamental e médio, profissionais do atendimento educacional especializado (AEE) ou profissionais em situações equivalentes e demais profissionais com vínculo na educação básica e superior, e também aos gestores para que aprimorem seu repertório de conhecimentos e saberes, podendo promover o desenvolvimento em contextos educacionais, garantindo uma educação inclusiva, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da educação no País.

E por fim, mas não menos importante, destaca-se o Programa de Mestrado Profissional em Letras, ofertado no campus de Cáceres e de Sinop, que é um programa em Rede com várias universidades do Brasil, sendo sediado na UFRN e destinado à formação de professores em atuação nas escolas de Educação Básica.

Esse conjunto de Programas de Pós-graduação garantem que neste curso seus objetivos sejam atendidos em sua totalidade através da pesquisa continuada, aplicada e integrada, visto que todos os docentes da instituição que atuam na pós-graduação também atuam no ensino de graduação.

12.2 Outras informações

Os cursos de formação propostos pela Rede UFMS-UNEMAT-UCB terão a particularidade de oferecimento, gestão e desenvolvimento, como dito e aqui reforçado, em Rede. Esta característica bastante específica, somada aos esforços verdadeiramente colaborativos aplicados na construção das três propostas institucionais e na redação de todos os projetos de curso, trouxe à proposta como um todo um caráter unificador que considera, também, as particularidades regionais, culturais, sociais, econômicas e institucionais da sede e dos núcleos.

A parte comum a todos os cursos se mantém comum mesmo ao se considerar diferentes IES. Este fato, acreditamos, poderá estimular o trânsito interinstitucional de discentes, uma vez que se pretende manter uma diferença entre cargas horárias em uma mesma disciplina, considerando duas IES diferentes da Rede, não superior a 25% da carga horária total naquela disciplina, como forma de possibilitar o aproveitamento de carga horária de forma mais automática.



13. Condições estruturais para oferta do curso

13.1 Recursos Humanos

A UNEMAT desde a sua fundação em 1978 sempre promoveu ações de formação continuada de seu corpo docente, pois reconhece que é através dele que a Universidade se constituiu em um espaço de construção do conhecimento.

Reconhecendo as especificidades do presente projeto, cujos objetivos estão alinhados com instrumentos legais recentes (Resolução CNE/CP nº2, de 20/12/2019; Lei nº 13.005, de junho de 2014) como meio de garantir que os objetivos sejam de fato atendidos, os docentes que irão atuar no curso que aqui se propõe deverão passar por uma formação específica prévia, de modo a também prepará-los e assim permitir que o presente curso também contribua com o aprimoramento dos cursos de licenciatura já existentes na instituição. Resultante da política de investimento na qualificação dos servidores técnico-administrativos (858) e docentes (1518), para atender a demanda de um estado-continente, a UNEMAT apresenta um quadro de docentes, com 586 doutores, 571 mestres e 253 graduados (anuário 2020 base de 2019). A UNEMAT conta atualmente com mais de 160 grupos de pesquisas certificados pelo CNPq, além de 27 Núcleos e 15 Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão. Todos esses são constituídos por professores-pesquisadores-extensionistas e alunos bolsistas nas áreas de Letras, Linguística e Artes, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais, Engenharias e Tecnologias e Ciências Exatas e da Terra, cuja investigação se assenta sobre questões de relevância para a construção do conhecimento científico, visando contribuir com o desenvolvimento regional e nacional, com apresentação de alternativas que possam interferir positivamente na sociedade mato-grossense.

Os esforços envidados para garantir a qualidade de ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e a infraestrutura para o desenvolvimento das atividades, equipar os grupos de pesquisa e a pós-graduação são contínuos. Nesta perspectiva, a UNEMAT atende a mais de 20 mil alunos contando os cursos de graduação e de Pós-graduação.

A Universidade do Estado de Mato Grosso vem, nos últimos anos, intensificando também esforços para a consolidação dos programas de pós-graduação stricto sensu, contribuindo com a formação de recursos humanos em níveis de Mestrado e doutorado, prevista no Plano Nacional de pesquisa e pós-graduação – PNPQ 2010-2020 – CAPES, ação prevista também no plano Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso.

13.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática

A UNEMAT oferta o Auxílio Financeiro para a Participação em Eventos (Resolução nº 004/2012-CONSUNI), que destina-se exclusivamente a apoiar a participação de discentes de graduação e de pós-graduação da UNEMAT, que pretendem publicar e/ou apresentar trabalhos em eventos técnico-científicos, que não estejam previstos como atividade obrigatória da modalidade de bolsa, e de representantes de entidades estudantis dos cursos de graduação presencial em eventos fora da Unemat, em atividades de intercâmbio didático-científico e político-acadêmico de abrangência regional e nacional, em localidades distintas do Campus de origem do seu curso.

Todos os acadêmicos também possuem um seguro acadêmico contratado pela UNEMAT que visa assegurar o bem-estar dos discentes, em relação aos riscos das atividades laboratoriais, de estágio e de atividades acadêmicas que ocorram dentro e fora das dependências desta universidade.

13.3. Recursos de infraestrutura

A UNEMAT conta com uma infraestrutura de 13 (treze) Câmpus, mais dois Campi avançados e 17 (dezessete) Núcleos Pedagógicos distribuídos em toda extensão do estado de Mato Grosso, contando ainda com 27 (vinte e sete) polos pedagógicos de Educação à Distância. No que tange aos cursos de graduação, a UNEMAT oferta 60 (sessenta) cursos de entrada contínua e mais 129 cursos em modalidade diferenciadas.

Todos os Câmpus e Núcleos dispõem de infraestrutura específica e geral. A infraestrutura geral contempla as salas de aulas com capacidade compatível para o número de vagas ofertadas, que na maioria dos cursos é de 40 (quarenta) acadêmicos, todas com o mobiliário específico para os discentes e a atuação docente (quadro e equipamento de mídia).



Caso algum município que for ofertar o curso não esteja na relação de núcleos e polos, terá que organizar as condições de estrutura como: espaço para funcionamento, internet, pessoal administrativo para atendimento.

O laboratório de informática é um espaço que se tornou de oferta geral aos cursos de graduação, tornando-se cada vez mais um espaço de valor aos cursos diante do momento atual, em que a tecnologia tornou-se uma ferramenta fundamental para o processo de ensino-aprendizagem e de garantia da continuidade das atividades de ensino.

13.4 Laboratórios e salas especiais (se houver)

A UNEMAT consta com uma infraestrutura física diversificada em cada um de seus campi, que atendem as especificidades dos cursos de graduação ofertados.

As instalações físicas que acomodam essa estrutura foram planejadas, construídas e ampliadas conforme a necessidade do processo de expansão das atividades da Universidade, seja na diversificação de atividades, inovação, ou, ainda, na ampliação da sua área de abrangência. A UNEMAT dispõe, em seus diferentes campi, de espaços esportivos, que contemplam diferentes modalidades esportivas para utilização da comunidade acadêmica em horários de lazer e nas aulas de educação física ou demais atividades que exijam espaços amplos.

Os campi universitários possuem estruturas físicas diversificadas. Possuem uma coordenação regional, que organiza todas as ações de ensino, pesquisa e extensão na região geoescolar na qual a instituição está presente. Essa coordenação é (co) responsável pelas políticas, pelo orçamento e pela execução financeira da Instituição. Atende as necessidades no que se refere à infraestrutura como salas de aula, biblioteca, laboratórios, equipamentos de informática, redes de informação e outros. Essa infraestrutura foi construída e equipada de forma a atender as necessidades dos cursos por afinidades, sempre procurando otimizar os recursos.

Todo o detalhamento das infraestruturas da UNEMAT e seu planejamento de expansão e melhorias, pode ser encontrado em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

13.5 Biblioteca

A biblioteca é um espaço de infraestrutura comum a todos os cursos, sendo a biblioteca física existente em todos os Câmpus e Núcleos Pedagógicos. O atendimento das bibliotecas é prestado através de diferentes meios, e o seu acervo bibliográfico é atualizado periodicamente, a fim de que as informações disponíveis sejam eficientes e eficazes. Dessa forma, a aquisição de acervo bibliográfico é de suma importância para garantir melhor acessibilidade à informação e à pesquisa, bem como proporcionar um ensino de qualidade.

Recentemente, a UNEMAT dispõe da biblioteca virtual Minha Biblioteca, que garante aos acadêmicos o acesso a um acervo altamente diversificado e atualizado, com uma série de ferramentas digitais de anotações individuais e coletivas que permitem um estudo ainda mais dinâmico no ambiente virtual.

A biblioteca virtual tomou uma grande importância pela facilidade de acesso à informação sem a necessidade de reserva do exemplar, os livros são de acesso a todos a todo momento, os acessos nela seguem crescendo conforme os acadêmicos e docentes a conhece, gerando inclusive demanda na ampliação de seu acervo. Além da facilidade de acesso ao acervo, são também vantagens da biblioteca virtual sua interface que permite o registro de comentários e marcações conforme ocorre a leitura de uma obra, o que antes representava um dano físico ao exemplar do livro da biblioteca física e na biblioteca virtual o acervo é sempre atualizado contando com as últimas edições das obras publicadas.

A expectativa é que após a implantação deste PPC novas tecnologias sejam implementadas no curso para melhor atendimento às demandas que eventualmente surgirem.

14. Plano de implantação

14.1 Articulação no âmbito da rede

A implantação da Rede UFMS-UNEMAT-UCB será conduzida a partir de ações colegiadas, com forte diálogo, cooperação e colaboração entre as três IES proponentes. O Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente se manterá ativo durante a implantação, o desenvolvimento e a avaliação dos cursos e será o órgão colegiado máximo da Rede ora proposta. Este Comitê deverá garantir, em primeira instância, caso esta proposta seja aprovada, a constituição de uma comissão em cada IES com membros de todos os



cursos ofertados na referida IES, além de comissões setoriais para a implantação de cada curso especificamente.

Com as comissões constituídas, a matriz curricular de cada curso deverá ser adequada às características e necessidades regimentais no que se refere à computação de carga horária discente. As comissões deverão manter espaços de comunicação para trocas de experiências bem como para articulação e incentivo à movimentação discente interinstitucional, favorecida pela unificação em grande parte das matrizes curriculares dos cursos ofertados, e ao desenvolvimento de projetos integradores aproximando as ações de pesquisa, ensino e extensão em cada universidade. Além disso, a diferença de carga horária de cada disciplina e em cada IES não deverá ultrapassar 25% da carga horária total da referida disciplina em todas as outras IES da Rede. Esta estratégia visa facilitar e estimular a movimentação estudantil dentro da própria Rede.

Outra ação a ser desenvolvida será no âmbito da capacitação para os professores que atenderão os 12 cursos da Rede UFMS-UNEMAT-UCB, para alinhamento de estratégias, conhecimentos específicos dos aspectos particulares e inovadores desta proposta e fortalecimento das ações previstas para os quatro anos de desenvolvimento dos cursos.

14.2 Articulação intra-institucional

Internamente, o processo de implementação segue em alinhamento com o processo articulado em rede, considerando os instrumentos e procedimentos de acompanhamento e avaliação.

As Coordenações de Curso, seus NDEs e a Coordenação Acadêmica de Graduação são as instâncias responsáveis pela implantação e acompanhamento dos cursos, sob a supervisão da Reitoria. Internamente, o processo de implementação segue em alinhamento com o processo articulado em rede, considerando os instrumentos e procedimentos de acompanhamento e avaliação.

Após aprovação e publicação do resultado final do Edital 035/MEC/SEB, para a implantação destes cursos, os mesmos deverão passar pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para homologação e para implantação, atendendo aos dispositivos legais institucionais.

15 Avaliação e acompanhamento do projeto pedagógico do curso

15.1 Avaliação e acompanhamento no âmbito da rede

A rede UFMS-UNEMAT-UCB manterá uma dinâmica periódica de reuniões e interlocução no âmbito do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente para gestão e monitoramento das atividades de cada um dos cursos bem como das ações interinstitucionais que serão favorecidas e fortalecidas a partir da própria rede.

Como o próprio edital prevê, o Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente será composto por representantes de cada um dos cursos ofertados, ou seja, de pelo menos 12 representantes dos cursos ofertados, além do Coordenador do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente.

Além desse órgão colegiado, haverá uma comissão em cada IES composta pelo coordenador da rede na IES, pelos coordenadores dos cursos ofertados e por representantes docentes e discentes, de modo a acompanhar o desenvolvimento dos cursos, resolver demandas internas, estabelecer uma articulação entre o Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente e cada curso ofertado, além de abrir espaço para o trânsito entre os cursos ofertados na mesma IES, já que em nossa proposta há 10 Unidades Curriculares que são comuns a todos os cursos. Pelo menos um membro dessas comissões nas IES deverá compor o Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente da rede UFMS-UNEMAT-UCB.

As ações do Comitê de Articulação também deverão promover e incentivar o intercâmbio institucional entre alunos matriculados nos cursos da rede, favorecendo a troca de experiências. Esse incentivo é favorecido a partir da forte correspondência entre as matrizes curriculares em cursos de mesma área, permitindo o aproveitamento de carga horária e o desenvolvimento de projetos interinstitucionais.

Ainda, o Comitê de Articulação organizará anualmente uma avaliação interna para monitoramento das ações, com aplicação de questionários anônimos entre discentes, docentes e gestores dos cursos ofertados na rede, com posterior elaboração de relatório por comissões específicas para este fim em cada IES e compartilhamento com a comunidade envolvida na Rede, indicando ações a serem implantadas ou ajustadas conforme os resultados destas avaliações internas.

15.2 Avaliação e acompanhamento intra-institucional



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



A avaliação deve ser considerada como um meio e não como um fim, ou seja, um meio capaz de auxiliar o educando durante o ato pedagógico, incentivando-o no avanço e na superação de dificuldades. O ato de avaliar é um processo constante, ativo, de contínuo crescimento, uma vez que o desempenho alcançado representa um significativo avanço em relação à etapa anterior. Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a avaliação deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, pautando-se pela:

- Coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;

- Validação das atividades acadêmicas por colegas competentes;
- Orientação acadêmica individualizada;
- Adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- Disposição permanente para participar de avaliação externa.

A avaliação que se pretende como prática corresponde a uma disposição mental que entende o ato de avaliar como um acompanhamento sistemático do desempenho individual do aluno, bem como da turma, como um coletivo. Esta concepção envolve dois grupos de atenção: as atitudes e o desempenho.

No conjunto de atitudes, o professor deve considerar quesitos como participação, engajamento, responsabilidade, iniciativa, trabalho em equipe e compromisso. No conjunto de desempenho, o professor deve considerar, por meio de instrumentos específicos e diversos, o crescimento individual do aluno em relação aos conteúdos específicos da disciplina, bem como as condições em que esse aluno se encontra em relação ao coletivo da turma. Deve-se priorizar a transparência do processo avaliativo, de modo que as regras devem constar desde o início das disciplinas em seus planos de ensino, explanadas e acordadas com os discentes,

Em relação à forma e aos instrumentos, o professor pode avaliar em momentos formais e informais: o formal é mais ligado à avaliação instrumental, enquanto o informal é mais ligado à avaliação de atitudes, ficando a critério do professor. Deve-se levar em conta a discussão prévia com os alunos para que interajam com os procedimentos avaliativos, sem que se desvie das diretrizes gerais do curso.

Quanto às formas de avaliação, em consonância com os pressupostos teóricos deste projeto pedagógico, adota-se um tipo de avaliação caracterizado pela dinâmica e pela participação. A avaliação dinâmica é caracterizada pela promoção de situações e/ou tarefas que, por meio do diálogo e da discussão, estimulam a análise crítica sobre a real condição de cada aluno, como também a do professor. Essa avaliação é também participativa, visto que o professor faz o registro do desempenho do aluno, constata as lacunas, para, a partir dos índices apurados, propor atividades alternativas visando à retomada dos assuntos e melhoraria das condições anteriormente apresentadas. Na realização do processo de avaliação, o professor vai obtendo dados provisórios sobre o estágio de desenvolvimento do aluno. Esse tipo de avaliação exige que o professor tenha habilidade para estabelecer relacionamento interpessoal equilibrado, uma vez que valoriza o trabalho coletivo. Dessa maneira, a avaliação será eficaz, se cumprir sua função pedagógica de auxiliar na melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Será eficiente, se for realizada de forma sistemática e abrangente.

Quanto aos instrumentos destinados à avaliação de desempenho, o professor é responsável pela escolha e organização das ferramentas. De acordo com Resolução 054/2011-CONEPE/UNEMAT, para cada disciplina, o professor deve promover no mínimo três avaliações de sistemática instrumental, ou seja, ele deve converter suas avaliações em notas de zero a dez (0 a 10); e, antes de aplicar um instrumento de avaliação, ele deve entregar a anterior, a fim de que o aluno possa conhecer os rumos de seu próprio desempenho. É relevante o retorno das avaliações aos alunos, bem como sua discussão detalhada, realizar um *feedback*, momento em que o professor expõe para o aluno os aspectos atendidos suficientemente nas avaliações e aqueles que ainda não foram contemplados dentro da expectativa da disciplina. Os instrumentos de avaliação podem ser trabalhos individuais e em grupos, debates, produções de textos, pesquisas, testes, visitas, exposições, testes interdisciplinares, trabalhos orais e escritos, dentre outros.

O docente é também o responsável pelo registro dos processos avaliativos em instrumentos específicos, fazendo uso do SIGAA, um sistema de registros acadêmicos *on-line*, que recebe e organiza as informações acadêmicas, dispondo-as para os acadêmicos.

A reoferta de disciplinas, em virtude de reprovações, far-se-á de acordo com a Normatização Acadêmica (RESOLUÇÃO nº 054/2011 – CONEPE) e baseada na RESOLUÇÃO nº 041/2016 – CONEPE. A reoferta de disciplinas poderá também ser executada em Regime Especial de Recuperação (RER) sem aulas pois não contempla recuperação de carga horária, mas a aplicação de três avaliações distribuídas no semestre letivo. Tal processo de recuperação, não aplicável a alunos reprovados por frequência, deverá ser previsto nos Planos de Ensino, a serem aprovados pelos Conselhos de Curso.



O aluno reprovado em disciplina que não será oferecida no semestre imediatamente subsequente poderá matricular-se na disciplina em que reprovou na forma de RER. O benefício de que trata o RER será concedido uma única vez na mesma disciplina, em cada período letivo. O aluno que se matricular em uma disciplina em RER poderá matricular-se também na disciplina subsequente da qual aquela é pré-requisito, excetuando-se as disciplinas de TCC e Estágio Supervisionado.

Os programas de atividades e de orientação, bem como as formas de avaliação relativas ao RER, deverão ser elaborados pelo professor responsável pela disciplina e encaminhados aos alunos e à Coordenação de Curso no início de cada semestre.

O professor responsável deve acompanhar o aluno no processo de RER, tanto nos casos de disciplinas teóricas quanto nas disciplinas práticas, orientando-o para as provas, trabalhos e/ou outros instrumentos de avaliação aos quais será submetido. Excepcionalmente, e por proposta do Colegiado de Curso, o benefício do RER pode ser aplicado a um aluno, mesmo quando não atendidas as exigências acima definidas.

No que se refere ao acompanhamento do projeto pedagógico do Curso esta é uma competência do Coordenador de Curso, que deverá de forma contínua promover a orientação do corpo docente sobre os princípios que regem o Projeto Pedagógico Curso, em suas particularidades e especificidades, visto que este projeto estará totalmente alinhado com as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Deste modo, caberá ao Coordenador de Curso realizar um processo de avaliação contínua com o objetivo de atender estes instrumentos normativos.

16. Termo de acordo dos sistemas de ensino envolvidos no curso

Em anexo a esta proposta, a UNEMAT encaminha via SIMEC - Módulo PRIL, os seguintes documentos:

- Carta de intenção de apoio das redes públicas de ensino ao desenvolvimento de atuação prática (estágio e disciplinas práticas) dos licenciandos;
- Carta de intenção de apoio das redes públicas de ensino aos professores sem qualificação adequada, priorizando os que não possuam curso superior e que estejam matriculados nos cursos ofertados.

17. Referências

- GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A.; ALMEIDA, P. C. A. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.
- GOUVEIA, Fernanda. Da didática à matética: o papel do professor como mediador qualificado. GOUVEIA, Fernanda; PEREIRA, Gorete. (Org.). **Didática e matética**. Funchal: CIE-UMa - Centro de Investigação em Educação, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.13/2001>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.
- MANCIBO, Denise. Trabalho docente e tecnologias: controle e mercadorização do conhecimento. In: GARCIA, Dirce M. F.; CECÍLIO, Sálua. **Formação e profissão docente em tempos digitais**. Campinas, SP: Alínea, 2009.
- O'REILLY, Maria Cristina Ravaneli de Barros. Formação de professores – tecnologia educacional. In: PARENTE, Cláudia da Mota Darós; VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. (Org.). **A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- FULLAN, Michael. **Change forces: probing the depths of educational reform**. Londres: The Falmer Press, 1993.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.
- HARGREAVES, Andy; FINK, Dean. Estrategias de cambio y mejora en educación caracterizadas por su relevancia, difusión y continuidad en el tiempo. **Revista de Educación**, n. 339, 2006.
- PISCHETOLA, Magda. **Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2016.
- MARCELO, Carlos. Las tecnologías para la innovación y la práctica docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, jan./mar. 2013.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORIA



BRAGA, Ana Maria; GENRO, Maria Elly; LEITE, Denise. Universidade futurante: inovação entre as certezas do passado e incertezas do futuro. In: LEITE, Denise; MOROSINI, Marília. (Org.). **Universidade futurante: produção do ensino e inovação**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2010.

MARTÍN-BARBERO, JESÚS. Nuevos regímenes de visualidad y des-centramientos educativos. **Revista de Educación**, Espanha, n. 338, set./dez., 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3bUflsb>. Acesso em: 15 maio. 2021.

CANÁRIO, Rui. **A escola tem futuro?** Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CANÁRIO, Rui. A inovação como processo permanente. **Revista da Educação**, Lisboa, n. 2, 1987.

RIEDNER, Daiani Damm Tonetto Riedner. **Práticas pedagógicas e tecnologias digitais no ensino superior: formação inicial de professores e inovação na UFMS**. Rio de Janeiro, 2018. 181p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RIEDNER, Daiani Damm Tonetto; PISCHETOLA, Magda. A inovação das práticas pedagógicas com uso de tecnologias digitais no ensino superior: um estudo no âmbito da formação inicial de professores. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 64–81, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8655732>. Acesso em: 4 mar. 2021.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO



Projeto Pedagógico do Curso
Licenciatura em Letras
Campus Universitário Alto Araguaia
Núcleo Pedagógico de Jaciara

Ano de Implantação: 2022

Jaciara-MT

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
Av. Tancredo Neves, 1095, CEP: 78.200-000, Cáceres, MT
Tel/PABX: (65) 3221 0000
www.unemat.br

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
Av. Tancredo Neves, 1095, CEP: 78.200-000, Cáceres, MT
Tel/PABX: (65) 3221 0000
www.unemat.br

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO



DADOS GERAIS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”

REITOR: Professor Rodrigo Bruno Zanin

VICE-REITORA: Professora Nilce Maria da Silva

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO: Professor Alexandre Gonçalves Porto

CAMPUS UNIVERSITÁRIO ALTO ARAGUAIA:

DIRETOR POLÍTICO-PEDAGÓGICO E FINANCEIRO: Professor(a) SÉRGIO SANTOS SILVA FILHO

Endereço: Rua Santa Rita, nº 148 - Centro - Alto Araguaia - MT

E-mail: coord-ai@unemat.br / santos@unemat.br

FACULDADE DE LETRAS, CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS DE ALTO ARAGUAIA

DIRETOR: Professor(a) WESLEY BARBOSA THEREZA

Endereço: Rua Santa Rita, nº 148 - Centro - Alto Araguaia - MT

E-mail: Falect.aia@unemat.br / wesley@unemat.br

COORDENAÇÃO DO CURSO:

COORDENADORA: Professor(a) Ubirajara Martin Coelho

E-mail: ubirajara@unemat.br

COLEGIADO DO CURSO:

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO



DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do curso	Licenciatura em Letras
Ano de Criação	2021
Grau oferecido	Nível Superior
Título acadêmico conferido	Licenciatura em Letras
Modalidade de ensino	Turma Única – Modular/Presencial
Tempo mínimo de integralização	8 semestre, mínimo; e no máximo, 12 semestre
Carga horária mínima	3.560 horas
Número de vagas oferecidas	40 vagas
Turno de funcionamento	Noturno
Formas de ingresso	SISU e/ou vestibular específico
Atos legais de autorização, reconhecimento e renovação do curso	RESOLUÇÃO Nº 002/2021 – AD REFERENDUM DO CONEPE
Endereço do curso	Polo de Jaciara



1.1 Núcleos de formação

UC1 – Núcleo Comum da Formação de Professores.

UC2 – Núcleo de Formação Cultura Geral e Profissional.

UC3 – Núcleo de Formação Pedagógica.

UC4 – Núcleo de Formação Específica.

UC5 – Núcleo de Formação Geral.

UC6 – Núcleo de Formação Complementar e Integradora.

UC7 – Núcleo de Formação de Livre Escolha.

UC 1 – NÚCLEO COMUM DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Área	Disciplina	CH Total	Carga Horária		CRÉDITOS		PRÉ-REQUISITO
			Presencial	Distância	Teórico	Prático	
Educação	Projeto de Vida.	60	45	15	3	1	
Educação	Psicologia da Educação.	60	45	15	4	0	
Educação	Fundamentos da Educação.	60	45	15	4	0	
Educação	Políticas Públicas, Legislação e Gestão da Educação Básica.	60	45	15	4	0	
Educação	Aprendizagem, Neurociências e Inclusão.	60	45	15	4	0	
Educação	Competências e Habilidades Profissionais.	60	45	15	4	0	
Educação	Metodologias Ativas, Tecnologias Digitais e Relações de Aprendizagem.	60	45	15	4	0	
Educação	Planejamento Pedagógico e Avaliação da Aprendizagem.	60	45	15	4	0	
Educação	Design Thinking e Desenvolvimento de Projetos Inovadores em Educação.	60	45	15	3	1	



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO



Educação	Educação para as Relações Étnico-Raciais.	60	45	15	4	0	
Educação, Linguística, Letras e Artes.	Cultura Surda e Libras.	60	45	15	3	1	
Linguística, Letras e Artes.	Introdução ao Estágio Supervisionado.	60	60	0	1	3	- Didática Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa.

UC 2 – NÚCLEO DE FORMAÇÃO CULTURA GERAL E PROFISSIONAL

Área	Disciplina	CH Total	Carga Horária		CRÉDITOS		PRÉ-REQUISITO
			Presencial	Distância	Teórico	Prático	
Ciências Humanas	Filosofia da Linguagem.	60	45	15	4	0	

UC 3 – NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Área	Disciplina	CH Total	Carga Horária		CRÉDITOS		PRÉ-REQUISITO
			Presencial	Distância	Teórico	Prático	
Educação	Didática Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa.	60	45	15	3	1	
Língua Portuguesa	Ensino de Língua Portuguesa para Surdos.	60	45	15	4	0	
Língua Portuguesa	Educação Bilíngue: Português como segunda Língua.	60	45	15	4	0	
Literaturas de Língua Portuguesa	Ensino e Letramento Literário.	60	45	15	4	0	
Língua Portuguesa	Tecnologias Assistivas para Ensino de Língua Portuguesa.	60	45	15	4	0	



UC 4 – NÚCLEO DE FORMAÇÃO GERAL

Área	Disciplina	CH Total	Carga Horária		CRÉDITOS		PRÉ-REQUISITO
			Presencial	Distância	Teórico	Prático	
Ciências Humanas	Literatura, História e Sociedade.	60	45	15	4	0	
Língua Portuguesa e Linguística	Línguas Brasileiras.	60	45	15	3	1	

UC 5 – NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Área	Disciplina	CH Total	Carga Horária		CRÉDITOS		PRÉ-REQUISITO
			Presencial	Distância	Teórico	Prático	
Língua Portuguesa	Fonética e Fonologia do Português Brasileiro.	60	45	15	3	1	
Língua Portuguesa	Historiografia Literária.	60	45	15	4	0	
Linguística	Linguística.	60	45	15	3	1	
Linguística	Linguística Textual.	60	45	15	3	1	
Literaturas de Língua Portuguesa	Literatura Brasileira I.	60	45	15	3	1	
Literaturas de Língua Portuguesa	Literatura Brasileira II.	60	45	15	3	1	
Literaturas de Língua Portuguesa	Literatura Brasileira III.	60	45	15	3	1	
Literaturas de Língua Portuguesa	Literaturas Portuguesas.	60	45	15	3	1	
Língua Portuguesa	Morfologia do Português Brasileiro.	60	45	15	3	1	
Língua Portuguesa	Semântica.	60	45	15	3	1	
Língua Portuguesa	Sintaxe do Português.	60	45	15	3	1	
Literaturas de Língua Portuguesa	Teorias da Literatura.	60	45	15	3	1	
Língua	(Multi) Letramentos e						



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO



Portuguesa	Ensino de Línguas.	60	45	15	3	1	
Linguísticas, Letras e Artes.	Trabalho de Conclusão de Curso I.	30	30	0	2	0	Cumprimento de 50% das disciplinas do curso.
Linguísticas, Letras e Artes.	Trabalho de Conclusão de Curso II.	30	30	0	2	0	Trabalho de Conclusão de Curso I.

UC 6 – NÚCLEO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR E INTEGRADORA.

Área	Disciplina	CH Total	Carga Horária		CRÉDITOS		PRÉ- REQUISITO
			Presencial	Distância	Teórico	Prático	
Educação	Prática Pedagógica: Gestão Escolar, Relação Escola e Comunidade.	60	60	0	1	3	
Educação e Ciências Humanas	Prática Pedagógica: Direitos Humanos, Transformação Social e Cidadania.	60	60	0	1	3	
Educação	Prática Pedagógica: Educação, Empreendedorismo e Sustentabilidade.	60	60	0	1	3	
Educação e Ciências Humanas	Prática Pedagógica: Educação Especial, Diversidade e Inclusão.	60	60	0	1	3	
Educação e Tecnologia	Prática Pedagógica: Tecnologias Digitais e Inovação.	60	60	0	1	3	
Educação	Estágio Supervisionado em Gestão Escolar.	45	45	0	0	3	- Introdução ao Estágio Supervisionado.
Linguística, Letras e Artes.	Estágio Supervisionado I – Língua Portuguesa e Literatura/Interpretação de Texto.	120	120	0	0	8	- Introdução ao Estágio Supervisionado. - Literatura Brasileira I, II e III.
Linguística, Letras e Artes.	Estágio Supervisionado II – Língua Portuguesa e Literatura/Interpretação						- Introdução ao Estágio Supervisionado.



	de Texto.	120	120	0	0	8	- Literatura Brasileira I, II e III.
Linguística, Letras e Artes.	Estágio Supervisionado III – Língua Portuguesa e Literatura.	120	120	0	0	8	- Introdução ao Estágio Supervisionado. - Literatura Brasileira I, II e III.

UC 7 – NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE LIVRE ESCOLHA.

Área	Disciplina	CH Total	Carga Horária		CRÉDITOS		PRÉ-REQUISITO
			Presencial	Distância	Teórico	Prático	
Qualquer Área	Eletiva Livre I.	60	45	15	4	0	
Qualquer Área	Eletiva Livre II.	60	45	15	4	0	
Qualquer Área	Eletiva Livre III.	60	45	15	4	0	

1.2 Matriz Curricular

Matriz Curricular Curso de Licenciatura em Letras de Jaciara-MT			
1ª Fase			
Disciplina	Créditos	C.H.	Pré-requisitos
Fundamentos da Educação	4	60	
Políticas Públicas, Legislação e Gestão da Educação Básica.	4	60	
Educação para as Relações Étnico-Raciais.	4	60	
Produção de Texto.	4	60	
Filosofia da Linguagem.	4	60	
Prática Pedagógica: Direitos Humanos, Transformação Social e Cidadania.	4	60	
Total		360	
2ª Fase			
Cultura Surda e Libras.	4	60	



Psicologia da Educação.	4	60	
Didática Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa.	4	60	
Línguas Brasileiras.	4	60	
Literatura, História e Sociedade.	4	60	
Prática Pedagógica: Gestão Escolar, Relação Escola e Comunidade.	4	60	
Total		360	

3ª Fase			
Projeto de Vida	4	60	
Educação Bilíngue: Português como segunda Língua.	4	60	
Planejamento Pedagógico e Avaliação da Aprendizagem.	4	60	
Tecnologias Assistivas para o Ensino de Língua Portuguesa.	4	60	
História da Língua Portuguesa – Diacronia.	4	60	
Prática Pedagógica: Educação, Empreendedorismo e Sustentabilidade.	6	60	
Total		360	

4ª Fase			
Ensino de Língua Portuguesa para Surdos.	4	60	
Ensino e Letramento Literário.	4	60	
Fonética e Fonologia do Português Brasileiro.	4	60	
Literatura Brasileira I.	4	60	
Linguística.	4	60	
Prática Pedagógica: Educação Especial, Diversidade e Inclusão.	4	60	
Total		360	

5ª Fase			
Historiografia Literária.	4	60	
Literatura Brasileira II.	4	60	
Linguística Textual.	4	60	
Morfologia do Português Brasileiro.	4	60	
Semântica.	4	60	



Introdução ao Estágio Supervisionado	4	60	Didática Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa.
Total		360	

6ª Fase			
Literatura Brasileira III.	4	60	
Sintaxe do Português.	4	60	
Teoria da Literatura.	4	60	
(Multi) Letramentos e Ensino de Línguas.	4	60	
Literaturas Portuguesa.	4	60	
Eletiva Livre I	4	60	
Estágio Supervisionado I – Língua Portuguesa e Literatura/Interpretação de Texto.	8	120	- Introdução ao Estágio Supervisionado. - Literatura Brasileira I, II e III.
Total		480	

7ª Fase			
Design Thinking e Desenvolvimento de Projetos Inovadores em Educação.	4	60	
Metodologias Ativas, Tecnologias Digitais e Relações de Aprendizagem.	4	60	
Eletiva Livre II	4	60	
Prática Pedagógica: Tecnologias Digitais e Inovação.	4	60	
Estágio Supervisionado em Gestão Escolar.	3	45	Introdução ao Estágio Supervisionado.
Estágio Supervisionado II – Língua Portuguesa e Literatura/Interpretação de Texto.	8	120	- Introdução ao Estágio Supervisionado. - Literatura Brasileira I, II e III.
Trabalho de Conclusão de Curso I	2	30	Cumprimento de 50% das disciplinas do curso.
Total		430	

8ª Fase			
---------	--	--	--



Aprendizagem, Neurociência e Inclusão.	4	60	
Competências e Habilidades Profissionais.	4	60	
Eletiva Livre III	4	60	
Estágio Supervisionado III – Língua Portuguesa e Literatura.	8	120	- Introdução ao Estágio Supervisionado. - Literatura Brasileira I, II e III.
Trabalho de Conclusão de Curso II.	2	30	Trabalho de Conclusão de Curso I.
Total		360	

C. H. Total das Disciplinas Obrigatórias	2.864h
Eletivas Livres	180h
Atividades Complementares	160h
Atividades Curriculares de Extensão	356h
Carga Horária Total da Matriz	3.560h

4. EMENTÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Fundamentos da Educação.				
PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0
3. EMENTA				
O desenvolvimento da Educação ao longo da história, abordando a compreensão humana. O processo educativo em sua complexidade a partir de seus fundamentos sócios filosóficos e seus reflexos na formação do educador e do educando. As teorias educacionais e sua relação com as ideias pedagógicas no Brasil. Educação				



contemporânea no Brasil.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GADOTTI, M. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

PILETTI, N. História da educação no Brasil. 77. ed. São Paulo: Ática, 2006.

COMPLEMENTAR:

GADOTTI, M. Concepção Dialética da Educação: Um Estudo Introdutório. Cortez Editora, 16ª Edição, 2012.

LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica. 8ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Políticas Públicas, Legislação e Gestão da Educação.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0

3. EMENTA

Políticas Públicas: O direito à Educação e às responsabilidades do poder público na Constituição Federal Brasileira. Funções da política educacional. Políticas de governo e políticas de estado e as relações com a Educação Básica com ênfase ao FUNDEB. Planos de Educação nos/dos diferentes entes federativos. A Educação Básica no contexto do macro e micro político: relações nacionais e organismos internacionais.



Política de formação de professores no contexto da sociedade contemporânea.

Legislação: O sistema educacional brasileiro: municípios, estados e a união. A função social da escola e a educação intencional. A organização da educação brasileira a partir da LDB n.º9394/96 - estrutura administrativa, didática e aspectos legais; objetivos, princípios e organização da educação básica com base no conjunto de leis, regulamentações e normatizações em vigor. Órgãos coletivos, normativos e executivos da administração da/na educação escolar brasileira. As diretrizes curriculares nacionais e orientações curriculares estaduais da educação básica: Educação Infantil, ensino fundamental de nove anos e ensino médio.

Gestão da Educação Básica: O projeto político pedagógico da escola e seus aspectos normativos: a gestão, o currículo, o financiamento, o papel do professor, as relações da escola com a comunidade e os processos de avaliação. Papel do gestor em espaços escolares e não escolares.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial e a Gestão da Educação Brasileira. In.**

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos. **Petrópolis: Vozes, 1997.**

GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas.** – 5. ed. – São Paulo, SP : Cortez : Instituto Paulo Freire, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João. Ferreira de; TOSCHI, Mirza. Seabra.

Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COMPLEMENTAR:

GADOTTI, M. Concepção Dialética da Educação: Um Estudo Introdutório. Cortez Editora, 16ª Edição, 2012.

LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica. 8ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003.



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Educação para as Relações Étnico-Raciais.				
PRÉ-REQUISITOS: “NÃO POSSUI”				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0
3. EMENTA				
<p>Esta disciplina deve oferecer os elementos teóricos que propiciem o conhecimento dos conceitos de cultura, etnocentrismo, identidade, diferença, alteridade, estereótipos, racismo, discriminação racial e preconceito. Conhecimentos dos processos históricos que construíram as desigualdades raciais no Brasil; estimular a reflexão sobre a diversidade étnica existente na sociedade brasileira e, no nosso caso, no Estado de Mato Grosso, colocando em discussão a luta da população negra e indígena no Brasil, sua cultura, sua participação na formação da sociedade nacional e a sua contribuição nas áreas social, econômica e política. Possibilitar práticas pedagógicas e confecção de materiais didáticos que propiciem trabalhar com a temática diversidade cultural em sala de aula.</p>				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais . Brasília: SECAD, 2006. GRANDO, Beleni Salette; PASSOS, Luiz Augusto (Org.). O Eu e o Outro na Escola: Contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola . Cuiabá; EdUFMT, 2010. MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na Escola . 3. ed. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001.				
COMPLEMENTAR: BRASIL. Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações				



Étnico e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2005.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social.** 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um Conceito Antropológico.** 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para Entender o negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos.** São Paulo: Global, 2004.

OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). **Relações Raciais e Educação: Temas Contemporâneos.** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Produção de Texto.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0

3. EMENTA

O ensino da língua e a prática textual na escola. Aspectos didáticos e pedagógicos do ensino da redação. Produção de texto e construção textual. Coesão, coerência e argumentatividade. Gramática e prática textual. Leitura e prática textual O ensino e a prática dos gêneros e tipos textuais na sala de aula. A correção da redação. O professor como autor de textos.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DIONISIO, Angela Paiva; MACHADDI, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

RESENDE, José Antônio Oliveira de. **Construção Crítica do Texto.** Guarapari, ES: Ex



Libris, 2007.

COMPLEMENTAR:

ANTUNES, Irlandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

DISCINI, Norma. Comunicação nos textos: leitura, produção, exercícios. São Paulo: Contexto, 2005.

GUEDES, Paulo Coimbra. Da redação à produção textual: o ensino da escrita. São Paulo: Parábola, 2009.

RUIZ, Eliana. Como se corrige redação na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim et al. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Filosofia da Linguagem.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0

3. EMENTA

A linguagem como objeto de investigação. O fenômeno da significação: signos naturais, signos convencionais e expressões. Tipos categoriais de expressões e suas funções lógicas nos enunciados. As dimensões sintáticas, semânticas e pragmáticas dos enunciados.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

AUSTIN, J. L., Sentido e Percepção. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
[153.7 A936s].

APEL, K.-O., Transformação da Filosofia. 2 volumes. São Paulo: Loyola, 2000.



[194.94 A641t].

SEARLE, J. R., *Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002. [302.23 S439e].

SEARLE, J. R., *Mente, Linguagem e Sociedade: filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000. [128.2 S44].

WITTGENSTEIN, L., *Gramática Filosófica*. Ed. Rush Rhees. São Paulo: Loyola, 2003. [160 W831g].

WITTGENSTEIN, L., *Investigações Filosóficas*. Trad.: L. C. Bruni. 3ª edição. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984. [100 W831i].

WITTGENSTEIN, L., *Tractatus Logico-Philosophicus*. 3ª edição. 2ª reimpressão. Trad.: L. H. L dos Santos. São Paulo: Edusp, 2010. [193 W831o].

COMPLEMENTAR:

ALSTON, W. P., *Filosofia da Linguagem*, Rio de Janeiro: Zahar, 1972. [401 A464].

FREGE, G., *Escritos Coligidos* (“Os Fundamentos da Aritmética”; “Sobre a Justificação de uma Conceitografia”). 3ª edição. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983. [100 P378e].

HUSSERL, E., *Investigações Lógicas: Sexta Investigação (Elementos de uma Elucidação Fenomenológica do Conhecimento)*. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1985. [100 H972i].

RUSSELL, B., *Misticismo e Lógica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1957. [192.9 R961m].

WITTGENSTEIN, L., *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*. Aparecida/SP: Ed. Ideias & Letras, 2008 (broch.). [150.1 W831o].

RUSSELL, B., *Delineamentos da Filosofia*. São Paulo: Ed. Nacional, 1956. [100 R961d]



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Prática Pedagógica: Gestão Escolar, Relação Escola e Comunidade.				
PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC6	60	0	0	4
3. EMENTA				
Conceituações de cidadania na teoria democrática. Cidadania, atores políticos e direitos. Evolução dos direitos civis, políticos e sociais na modernidade. Limites e tensões entre os direitos da cidadania. Direitos de cidadania e a Constituição Nacional. Cidadania e emergência de novos direitos no mundo contemporâneo. Direitos de cidadania e participação social e política no Brasil. A judicialização da política. Fundamentos/orientação prático-científica sobre direitos humanos, transformação social e cidadania. Construção de projetos integradores.				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA: BOBBIO, Norberto. A era dos direitos; Rio de Janeiro: Campus, 2004. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil o longo caminho; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania, classe social e status; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.				
COMPLEMENTAR: BENDIX, Reinhard. Construção nacional e cidadania estudos de nossa ordem social em mudança; São Paulo: EDUSP, 1996. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A cidadania ativa referendo, plebiscito e iniciativa popular; São Paulo: Ática, 1991. BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos-CNEDH. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; MEC, MJ; UNESCO, 2006. _____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos 1. Brasília, 1996.				



_____. Programa Nacional de Direitos Humanos 2. Brasília, 2002.
_____. Programa Nacional de Direitos Humanos 3. Brasília, 2010.
CANDAUI, Vera Maria. “Experiências de educação em direitos humanos na América Latina: o caso brasileiro”. Cadernos Novamérica, Rio de Janeiro, n. 10, setembro de 2001.
DAGNINO, Evelina. Anos 90 política e sociedade no Brasil; São Paulo: Brasiliense, 1994.
FERNANDES, Florestan. O Negro no mundo dos brancos; São Paulo: Global, 2007.
SACAVINO, Susana Beatriz. Democracia e Educação em Direitos Humanos na América Latina. Petrópolis, RJ: DP et Alii: De Petrus; Rio de Janeiro: Novamerica, 2009.
VIANNA, Luiz Jorge W. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil; Rio de Janeiro: Revan, 1999.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Cultura Surda e Libras.				
PRÉ-REQUISITOS: “NÃO POSSUI”				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	
3. EMENTA				
<p>Cultura Surda: Fundamentos históricos, filosóficos, socioeconômicos, comunitários, culturais e legais da Educação de Surdos no Brasil. A língua de sinais como elemento unificador da cultura surda. A resistência da língua de sinais face ao contexto histórico e sociopolítico. Identidade e cultura surdas. Movimentos sociais e associações de surdos: locais, nacionais e internacionais. Libras: Desenvolvimento das habilidades necessárias para a aquisição de LIBRAS – a lógica da modalidade visual e gestual da comunidade Surda. Conteúdos gerais para a comunicação visual, baseada em regras gramaticais da Língua de Sinais e da Cultura Surda.</p>				
4. BIBLIOGRAFIA				



BÁSICA:

GESUELI, Z. M. Linguagem e identidade: a surdez em questão. Educação e sociedade, Campinas, v. 27, 2006.

PERLIN, Gladis. A Cultura Surda e os Intérpretes de língua de sinais. Processos tradutórios, línguas de sinais e Educação. Grupo de Estudos e Subjetividade. ETD – Revista Educação Temática Digital. Campinas, v. 7, n 2, p 136-147, jun 2006.

Disponível em:

<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/viewFile/1636/1484>

PERLIN, G. Identidade surda e currículo. In: LACERDA, C. B. F. de & GOES, M. C. R de (Orgs.) Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000, p.23-28.

SÁ, Nídia Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Edições Paulinas, 2010.

SILVEIRA, R. H. Contando histórias sobre surdos (as) e surdez. In: COSTA, M. V. (Org.). Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000, p. 175-204.

SKLIAR, C. (Org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

COMPLEMENTAR:

FERNANDES, E. (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GÓES, M. C. R. Linguagem surdez e educação. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. Revista Língua de Sinais. A Imagem do Pensamento. Editora Escala – São Paulo/SP. N.º 02 e 04, 2001.

LACERDA, C. B. F. de. GÓES, M. C. R. de(org.) Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: LOVISE, 2000.

LOPES, M. C. Surdez & educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOURA, LODI & PEREIRA. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1. 222 p.



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Psicologia da Educação.				
PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0
3. EMENTA				
<p>Estudo e reflexão sobre possibilidades de constituição do ser humano e sua multideterminação. A Psicologia como ciência e suas principais correntes de pensamento relevantes à formação do professor com ênfase em questões de desenvolvimento e aprendizagem. As contribuições desta área de conhecimento para a Educação.</p>				
4. BIBLIOGRAFIA				
<p>BÁSICA:</p> <p>ARAÚJO, Raimundo Dutra. Psicologia da Educação. Teresina: UAB/NEAD/FUESPI, 2011.</p> <p>BOCK, Ana Mercês Bahia (et all) Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. 13ª edição. São Paulo: Saraiva, 2001.</p> <p>LA TAILLE, Ives. Piaget, Vygotsky, Wallon. Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.</p> <p>MÉSZÁROS, Istvan. A Educação para além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2005.</p> <p>MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino).</p> <p>PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Psicologia e Educação: revendo contribuições. São Paulo: EDUC, 2003.</p> <p>COMPLEMENTAR:</p> <p>ABRAMOWICZ, Anete & MOLL, Jaqueline. Para além do Fracasso Escolar. 6ª edição. Campinas - São Paulo: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico).</p> <p>BERGER, P. & LUCKMAN, T. A Construção Social da Realidade. Petrópolis, Vozes,</p>				



1987.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. *Psicologia da Aprendizagem*. 24ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

CASTORINA, José Antônio; FERREIRO, Emília; LERNER, Delia; OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Piaget – Vygotsky: novas contribuições para o debate*. São Paulo: Ática, s/d.

DAVIS, Cláudia & OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. *Psicologia na Educação*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1994.

DUARTE, Newton. *Vygotsky e o “Aprender a Aprender”*: crítica às apropriações Neoliberais e Pós-Modernas da Teoria Vigotskiana. Campinas – SP: Autores Associados, 2000. (Coleção Educação Contemporânea).

FACI, Marilda Gonçalves Dias. *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana*. Campinas – SP: Autores Associados, 2004.

FRANÇA, CECÍLIA DE CAMPOS. *CULTURA, LINGUAGEM E IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE ESSE MOVIMENTO*. REVISTA EDUCERE ET EDUCARE. PARANÁ: EDUNIOESTE, V.1 Nº 2, 2006, PP – 213-227.

GALVÃO, IZABEL. *HENRI WALLON: UMA CONCEPÇÃO DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL*. PETRÓPOLIS- RJ: VOZES, 1995. (EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO).

LA TAILLE, YVES. *VERGONHA: A FERIDA MORAL*. PETRÓPOLIS –RJ: VOZES, 2002. OLIVEIRA, MARTA KOHL. *VYGOTSKY: APRENDIZADO E DESENVOLVIMENTO – UM PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO*. SÃO PAULO: SCIPIONE, 1993.

PIAGET, JEAN. *O JUÍZO MORAL NA CRIANÇA*. SÃO PAULO: SUMMUS, 1994.

REGO, TERESA CRISTINA. *VYGOTSKY: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL DA EDUCAÇÃO*. PETRÓPOLIS- RJ: VOZES, 1995.

SMOLKA, ANA LUIZA BUSTAMANTE (ET ALL). *A LINGUAGEM E O OUTRO NO ESPAÇO ESCOLAR: VYGOTSKY E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO*. 4ª EDIÇÃO. SÃO PAULO: PAPIRUS, 1995.

VIGOTSKI, L.S. *A FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE: O DESENVOLVIMENTO DOS PROCESSOS PSICOLÓGICOS SUPERIORES*. 6ª EDIÇÃO. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1998.



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Didática Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa.				
PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC3	45	15	4	0
3. EMENTA				
<p>Dimensão histórico-cultural da didática do ensino da língua portuguesa. Concepção de conhecimento e de aprendizagem nas tendências pedagógicas atuais da língua portuguesa e as implicações destas na elaboração do planejamento educacional da educação básica, na seleção de conteúdos e avaliação da aprendizagem nas áreas de língua portuguesa e literaturas. Formação de professores e sua contribuição para a investigação das tendências atuais no campo da didática e da prática de ensino da língua portuguesa. Currículo escolar e sua relação com a didática do ensino da língua portuguesa. Didática: diversidade cultural, linguística e inclusão.</p>				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA: CANDAU, Vera Maria (Org.). A didática em questão . 13. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos para quê? São Paulo: Cortez, 1998. PIMENTA, Selma Garrido <i>et al.</i> Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 1999.				
COMPLEMENTAR: CANDAU, Vera Maria (Org.) Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. CANDAU, Vera Maria (org.). Magistério: construção cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1997. FARIAS, Isabel Maria Sabino de. [et.al]. Didática e docência: aprendendo a profissão. Fortaleza: Liber Livro, 2008. FAZENDA, Ivani. Didática e interdisciplinaridade. Campinas-SP: Papirus, 1998.				



FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARTINS, José do Prado. Didática Geral: fundamentos, planejamento, metodologia, avaliação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina A. (Orgs). Formação docente: rupturas e possibilidades. Campinas, SP: Papirus, 2002.

VEIGA, Ilma P. A. (Org). **Lições de didática**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Línguas Brasileiras.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC4	45	15	4	0

3. EMENTA

Esta disciplina deve oferecer os elementos teóricos que propiciem projetos dedicados a: 1) descrição, análise e documentação de línguas brasileiras, incluindo-se o português, as línguas indígenas e a língua brasileira de sinais (libras); 2) aquisição da linguagem oral e escrita pela criança, à aquisição da escrita por jovens e adultos, a aquisição de libras e do português escrito pelo sujeito surdo, e 3) reflexão sobre teorias, métodos e epistemologia no campo da linguística e seus desdobramentos para o ensino de línguas.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

Chaves de Melo, Gladstone, A Língua do Brasil, Rio, Padrão, 1945.

RODRIGUES, A. D. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. Rio de Janeiro, Ed. Loyola, 1986.

VIEIRA, M.M.D. Os núcleos aplicativos em línguas brasileiras. Revista de Estudos da Linguagem. Belo Horizonte, UFMG, 2010.

COMPLEMENTAR:



GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
MAIA, M.; FRANCHETTO, B.; LEMLE, M.; VIEIRA, M. Línguas Indígenas e Gramática Universal. São Paulo: Contexto, 2019. Cap. 5.
STURZA, Eliana Rosa. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. Ciência e Cultura, vol. 57, n.2, p. 47-50. Campinas: SBPC, 2005.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Literatura, História e Sociedade.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC4	45	15	4	0

3. EMENTA

Estudo das relações entre forma literária, história e processo social. A estrutura social, os valores e ideologias e as formas estéticas. Relação entre o autor, à obra e o público.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ARANTES, Paulo. O sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____; ARANTES, Otilia. Sentido da formação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CANDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

_____; Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____; Literatura e sociedade. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1965.

_____; Na sala de aula: caderno de análise literária. 8.ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____; O discurso e a cidade. 3.ed. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____; Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a



transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.
_____; Recortes. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
_____; Teresina e seus amigos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
_____; Tese e antítese. 6.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012.
_____; Textos de intervenção. Seleção, apresentação e notas de Vinícius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.
_____; Vários escritos. 3.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
DANTAS, Vinícius. Bibliografia de Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.
SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5.ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.
_____; Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
_____; Sequências brasileiras: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
_____; Que horas são?: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
_____; Duas meninas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
_____; Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. 4.ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.
_____; O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
_____; A sereia e o desconfiado. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

COMPLEMENTAR:

ADORNO, Theodor W. Notas de literatura I. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.
_____; Filosofia da nova música. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
ALVES, Luis Alberto. A formação em perspectiva: ensaios de literatura, cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2014.
ANDRADE, Mário de. Poesias completas. 2.vol. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
ANDRADE, Carlos Drummond de. Poesia 1930-62. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
ANDRADE, Oswald de. Poesias reunidas. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
ASSIS, Machado de. Obra completa. 4.vol. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015.
BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2000.
BOLLE, Willi. Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2000.
BUENO, André. Um crítico na periferia do capitalismo. Revista Crítica Marxista, Campinas/SP, n. 27, p. 157- 162, 2008. Disponível em:
https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario2015_06_01_18_23_3121.pdf. Acesso em: 25 de março de 2022.
CALDWELL, Helen. O Otelô brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (org.). Um crítico na periferia do



capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CRUZ, Rebeca Errázuriz. Antonio Candido y el problema de la tradición: el lugar de Oswald de Andrade. Revista Chilena de Literatura, Santiago/Chile, n. 88, p.77-94, Diciembre 2014. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/rchilite/n88/art05.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2022.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo; São Paulo: Publifolha, 2000.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. 45.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 20.ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1985.

GLEDSOON, John. Machado de Assis: impostura e realismo – uma reinterpretação de Dom Casmurro. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____; Machado de Assis: ficção e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1987. PRADO, Antonio Arnoni. Trincheira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3.ed. São Paulo: Global, 2015.

VEDDA, Miguel. La sugestión de lo concreto: estudios sobre teoría literaria marxista. Buenos Aires: Gorla, 2006.

WAIZBORT, Leopoldo. A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Pedagógica: Gestão Escolar, Relação Escola e Comunidade.

PRÉ-REQUISITOS: “NÃO POSSUI”

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC6	60	0	0	4



3. EMENTA

A gestão democrática da Educação: os Sistemas de Ensino e os mecanismos de gestão: a descentralização. A gestão da escola básica e o princípio da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A escolha do Diretor da escola e a constituição das equipes pedagógicas: a gestão participativa. A estrutura organizacional de uma escola. O clima e a cultura da escola como fatores determinantes da gestão escolar. O Diretor de escola como, agente da Ligação Escola-comunidade. Participação da Comunidade na Escola. Construção de projetos integradores Escola x Comunidade.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola Teoria e prática; Goiânia: Alternativa, 2008.

LUCK, H. Gestão Educacional Série Cadernos de Gestão, vol. I; Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

LUCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional Série Cadernos de Gestão, vol. II; Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Laurinda Ramalho; PLACCO, Vera Maria (orgs.). O Coordenador pedagógico e o espaço da mudança; São Paulo: Loyola, 2005.

LUCK, Heloisa. A gestão participativa na escola Série Cadernos de Gestão. Vol. III; Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

LUCK, Heloisa. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola Série Cadernos de Gestão. Vol. V; Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

NÓVOA, Antônio (org.). As organizações escolares em análise Instituto de Inovação Educacional; Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação; São Paulo: Loyola, 2008.



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Projeto de Vida.				
PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0
3. EMENTA				
<p>Contextualização do panorama atual de construção profissional, pela análise de cenários históricos, sociais e políticos e as suas especificidades quanto à inserção dos jovens. Promoção de uma ambiência que favoreça o autoquestionamento de forma sistêmica. Utilização de estratégias para o levantamento das redes de influências externas e pressões que atuam sobre os jovens. Apresentação das ferramentas para a Pesquisa de Setor, como possibilidade de sondagem e interação com a área que pretende atuar. Embasamento teórico e experimental para o fortalecimento dos processos de decisão e escolhas profissionais. Estímulo à realização de um projeto de trajetória profissional como um instrumento estratégico, passível de atualizações e, fundamentalmente, como interlocutor do desejo de realização dos jovens.</p>				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA: DOWBOR, Ladislau. O que acontece com o trabalho http://dowbor.org/2006/08/o-que-acontece-com-o-trabalho-doc.html/ Acesso em: 04 Fev. 2014. São Paulo: Editora Senac, 2002. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. SCHWARTZ, Barry. Trabalhar para quê?; Rio de Janeiro: Alaúde, 2018.				
COMPLEMENTAR: ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho; São Paulo: Boitempo, 1999. KORMAN DIB, Sandra. Juventude e projeto profissional: a construção subjetiva do trabalho - tese - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro: _____, 2007.				



KORMAN DIB, Sandra; CASTRO, Lucia Rabello de. O trabalho é projeto de vida para os jovens Cadernos de Psicologia Social do Trabalho; 19810490: Brasil, 2010.
SENNETT, Richard. O artífice; Rio de Janeiro: Record, 2009.
SAFATLE, Vladimir; SILVA JR, Nelson; DUNKER, Christian (org). Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico Belo Horizonte; -----: Autêntica Editora, 2018.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Educação Bilíngue: Português como segunda língua.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC3	45	15	4	0

3. EMENTA

Estudo da língua portuguesa como uma segunda língua, instrumental para o desenvolvimento da leitura e escrita pelo aprendiz surdo. Forma diferenciada de escrita das pessoas surdas. Conhecimentos teóricos e práticos do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

AVELAR, M. T. F., FREITAS, K. P. de S. Português como segunda língua: dificuldades encontradas pelos surdos. Revista Sinalizar, 1(1), 2016, 12-24. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rs.v1i1.36688> . Acesso em: 31/03/2022.
BRAYNER, I. Experiências de leitura em língua portuguesa com surdos sinalizantes do ensino fundamental. Revista diálogos, Mato Grosso, n. 7(2), p. 27-39, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/7800> .Acesso 31/03/2022.
THOMA, A. da S. et al. Relatório sobre a política linguística de educação bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513> . Acesso em:



31/03/2022.

COMPLEMENTAR:

ANDRADE, W. T. L.; MADEIRO, F. Gêneros textuais e letramento no contexto da surdez. Revista do GELNE (UFC), v. 13, p. 319-345, 2011.

CARDOSO JUNIOR, W S; CUNHA, V T da . Práticas de leitura literária do poeminha do contra, de Mário Quintana, para leitores surdos. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação, Blumenau - SC, v. 13, n. 2, p. 320-333, 2019 DOI:

<http://dx.doi.org/10.7867/1981-9943.2019v13n2p320-333>

SANTOS, F. M. A. O processo de aprendizagem da escrita do português por surdos: singularidades e estratégias facilitadoras. INVENTÁRIO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. ONLINE) , v. 8, p. 1-16, 2011.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Planejamento Pedagógico e Avaliação da Aprendizagem.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0

3. EMENTA

Planejamento Pedagógico - Dimensões e instrumentos da gestão pedagógica: o planejamento e o Projeto Pedagógico Curricular. O processo de planejamento e suas especificidades: a importância da elaboração de planos, programas e projetos na organização e gestão da escola. A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico. As questões curriculares na escola: Os PCNs e a organização curricular.

Avaliação da Aprendizagem - Estudo da avaliação como instrumento indispensável para o planejamento e acompanhamento das ações educativas. As diferentes concepções da avaliação e suas manifestações na prática. Procedimentos e instrumentos da avaliação da aprendizagem.

4. BIBLIOGRAFIA



BÁSICA:

HOFFMAN, J. Avaliação Mito e Desafio: Uma Perspectiva Construtivista. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Teoria e Prática 5ª ed., revisada e ampliada; Goiânia: Alternativa, 2008.
LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.
PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico: Como Construir o Projeto Político Pedagógico da Escola; São Paulo: Cortez, 2001.
VEIGA, Ilma Passos (org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível 14ª ed.; Campinas: Papirus, 2006.

COMPLEMENTAR:

ANTUNES, Ângela. Aceita um conselho? Como organizar o Colegiado escolar Instituto Paulo Freire; São Paulo: Cortez, 2002.
GADOTTI, Moacir; Romão, José E. (orgs.). Autonomia da escola da escola: princípios e propostas; São Paulo: Cortez, 2002.
MELCHIOR, M. C. Técnicas Utilizadas na Avaliação Escolar. In: Avaliação Pedagógica: Função e Necessidade. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, 75-127.
NÓVOA, Antonio (org.). As organizações escolares em análise; Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1992.
SCHEINVAR, Estela; ALGEBAILLE, Eveline (orgs). Conselhos participativos e escola; Rio de Janeiro: DP&A, 2010.
VASCONCELLOS, C. Avaliação: Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. São Paulo: Cadernos Pedagógicos, Libertad, 3.
VIEIRA, Sofia Lerche. Política e gestão da escola; Porto Alegre: Liber Livro, 2010.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Tecnologias Assistivas para o Ensino de Língua Portuguesa.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC3	45	15	4	0



3. EMENTA

Tecnologia Assistiva (TA) e seu papel social. TA englobando produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços. Inclusão social e acessibilidade através da TA: autonomia, independência, qualidade de vida. Recursos de acessibilidade facilitando a inclusão educacional e sócio-digital da pessoa com deficiência.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação, Educação Especial e Inclusão: Fundamentos, Contextos e Práticas. Curitiba: Appris Editora, 2012.
KLEINA, Claudio. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.
MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina P I. (Orgs.). Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática. 1. ed. Araraquara: Junqueira&Marins, 2008. v. 1. 471 p.
SMITH, Deborah Deutsch. Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão. Tradução M. A. Almeida. São Paulo: Artmed, 2008.
SCHLÜNZEN, Elisa. Tecnologia Assistiva. Projetos, Acessibilidade e Educação a Distância. Jundiaí: Editora Paco, 2011.

COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Kennedy Ferreira; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Tecnologias digitais e assistivas: mediando o processo de aprendizagem profissional dos alunos. Informática na educação: teoria & prática, v. 20, n. 4 dez.
BRASIL. Lei Federal 10.098. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2000.
BRASIL. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.
CAPOVILLA, Fernando C. Pesquisa e desenvolvimento de novos recursos tecnológicos para educação especial: boas novas para pesquisadores, clínicos, professores, pais e alunos. Boletim Educação/ UNESP, n. 1, 1997.
GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva [recurso eletrônico] : apropriação, demanda e perspectivas. Salvador: Editora UFBA, 2009.
BERSCH, R. Introdução à Tecnologia Assistiva. Assistiva Tecnologia e Educação. Porto Alegre, 2013.
HUMMEL, Eromi Izabel. Saberes docentes para o uso de tecnologia assistiva no



atendimento educacional especializado. Informática na educação: teoria & prática, v. 18, n. 2.

MENDES, E. G. Recursos de tecnologia assistiva para indivíduos com disfunções motoras: atividades da vida diária, dispositivos computacionais e lazer. In: Reunião Científica do VII Curso de Especialização em Intervenção em Neuropediatria, 2009, São Carlos.

STORA, Ana Paula, DO AMARAL, Keli Rodrigues, CRUZ, Luciene Oliveira. Base de dados em tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual BADATEC. Curitiba: Appris Editora, 2016.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: História da Língua Portuguesa - Diacronia

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0

3. EMENTA

Formação e História da Língua Portuguesa: do latim à fase atual.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CARDOSO, Zélia de Almeida. Iniciação ao latim. São Paulo: Ática, 1989.

COUTINHO, Ismael de Lima. Pontos de gramática histórica. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

MARIANI, Bethânia. Colonização linguística. Campinas (SP): Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. Terra à vista. Campinas (SP): Pontes.

SMANIOTTO, Giselle Cristina. História da Língua Portuguesa. Montes Claros - MG, Editora Unimontes, 2009.

TEYSSIER, Paul. História da Língua Portuguesa (Trad: Celso Cunha). São Paulo: Martins Fontes, 2001.



COMPLEMENTAR:

- ANDRADE, Elias Alves de. Estudo sintático de manuscritos oitocentistas. In: DIAS, Marieta Prata de Lima (Org.). Língua e literatura: discurso pedagógico. São Paulo: Ensino Profissional, 2007.
- CARVALHO, Dolores Garcia & NASCIMENTO, Manoel. Gramática histórica. 13. ed. São Paulo: Ática, 1981.
- LAPA, Manuel Rodrigues. Estilística da Língua Portuguesa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MARTIN, Robert. A Linguística histórica. In: Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina (trad: Marcos Bagno). São Paulo: Parábola, 2003.
- ORLANDI, Eni (Org.). História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas (SP): Pontes; Cáceres(MT): UNEMAT Editora, 2001.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Fontes manuscritas e impressas: reflexos da nossa base cultural e linguística. In: DIAS, Marieta Prata de Lima (Org.). Língua e literatura: discurso pedagógico. São Paulo: Ensino Profissional, 2007.
- _____. & COX, Maria Inês Pagliarini. Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2000.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Pedagógica: Educação, Empreendedorismo e Sustentabilidade.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC6	45	15	4	0

3. EMENTA

Conceito de Empreendedorismo e Sustentabilidade. Empreendedorismo e Sustentabilidade nas escolas. Empreendedorismo Social na Escola e na Educação.



Educação Sustentável nas escolas. Construção de projetos de empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável na escola.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ANDRADE, Rosamaria Calaes (org.). O Empreendedorismo na Escola. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Pitágoras, 2005.
DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. São Paulo: Cultura, 2000.
MELO NETO, Francisco P. de, FROES, César. Empreendedorismo Social. A Transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

COMPLEMENTAR:

DOLABELA, Fernando. Pedagogia Empreendedora. São Paulo: Editora Cultura, 2003.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
PEREIRA, H. J. Criando seu próprio negócio: como desenvolver o potencial empreendedor. Brasília: Sebrae, 1995.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Ensino de Língua Portuguesa para Surdos.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC3	45	15	4	0

3. EMENTA

Fundamentos sobre aquisição de português, na modalidade escrita, como segunda língua para surdos. Estudo das diferenças sintáticas, morfológicas e textuais entre o Português e a Libras. Estratégias para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita de alunos surdos.

4. BIBLIOGRAFIA



BÁSICA:

ALBUQUERQUE, Katia Micahela Conserva. Língua Brasileira de Sinais. João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.

FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

LODI, Ana Cláudia Baileiro; MELO, Ana Dorziat Barbosa; FERNANDES, Eulalia. (ORG.). Letramento, bilinguismo e educação de surdos. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

COMPLEMENTAR:

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1997.

LOPES, M.C. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos, Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Maria da Piedade Marinho. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus, 2001.

SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Ensino e Letramento Literário.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC3	45	15	4	0

3. EMENTA

Letramento literário: práticas, métodos e possibilidades. Concepções de Literatura e ensino de Literatura na escola. Organização, planejamento e execução de atividades de



ensino da Literatura no Ensino Fundamental e Médio. Ensino de Literatura e Direitos Humanos.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CHARTIER, A. Como fazer os jovens lerem? Olhar histórico sobre o caso francês de incentivos à leitura. In: ROSING, T.; ZILBERMAN, R. Leitura: história e ensino. Porto Alegre, RS: Edelbra, 2016.

COSSON, R. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Círculos de leitura e letramento literário. São Paulo: Contexto, 2014.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 4ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

COMPLEMENTAR:

BATISTA, Antônio Augusto Gomes & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (orgs.).

Leitura: práticas, impressos, letramentos. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

KATO, Mary. O aprendizado da leitura. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

TFOUNI, Leda V. Letramento e alfabetização. São Paulo, Cortez, 2005.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Fonética e Fonologia do Português Brasileiro.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0

3. EMENTA

Conceituação e classificação de Fonética e Fonologia, anatomia e fisiologia da fala, critérios de classificação dos sons da fala, descrição dos sons linguísticos, alfabeto



fonético internacional, os elementos supra-segmentais, os agrupamentos de fonemas, estrutura das sílabas, as transcrições fonéticas e fonológicas dos sons linguísticos, Fonologia e o ensino de línguas.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- DUBOIS, Jean et. Al. Dicionário de linguística. São Paulo: Cultrix, 1998.
SILVA, Thaís Cristófar. Fonética e Fonologia do Português. São Paulo: Contexto.2001.
SILVA, Thaís Cristófar. Fonética e fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios. 5ª Ed – São Paulo: Contexto, 2001.
SILVA, Thaís Cristófar, Exercício de Fonética e Fonologia. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
VELOSO, Luci Kikuchi; TEIXEIRA, Terezinha Maria Marques. Fonética e Fonologia do Português. Montes Claros - MG, Editora Unimontes, 2010.

COMPLEMENTAR:

- CRYSTAL, David. Dicionário de Linguística e fonética. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
BISOL, L. (Org.). Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
MALCOLM, Coulthard. Linguagem e Sexo. São Paulo: Ática, 2000.
MASIP, Vicente. Fonologia e Ortografia Portuguesa. São Paulo: E.P.U. 2000.
MUSSALIN, M.F. Introdução à Linguística, São Paulo: Contexto, 2000, V. 1 e 2.
PEREIRA, MARIA T. GONÇALVES. LÍNGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2002.
PERINI, MARIO. A LINGUA DO BRASIL AMANHÃ E OUTROS MISTÉRIOS. SÃO PAULO: PARÁBOLA, 2004.
_____. SOFREND O A GRAMÁTICA. SÃO PAULO: ÁTICA, 2000.
PRETI, DINO. SOCIOLINGUÍSTICA. SÃO PAULO: CORTEZ, 1995.
REIS, CARLOS; LOPES, ANA CRISTINA. DICIONÁRIO DE NARRATOLOGIA. LISBOA: ALMEDINA. 2001.
SANTAELLA, LÚCIA. MATIZES DA LINGUAGEM E PENSAMENTO. SÃO PAULO: ILUMINURAS, 2001.
SAUSSURE, F. DE. CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL. SÃO PAULO: CULTRIX, 2000.
SILVA, MYRIAN BARBOSA DA. LEITURA, ORTOGRAFIA E FONOLOGIA. SÃO PAULO: ÁTICA, 2000.
SILVEIRA, REGINA CÉLIA PUGLIUCHI DA. ESTUDOS DE FONÉTICA DO



IDIOMA PORTUGUÊS. SÃO PAULO: CORTEZ. 2000.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Literatura Brasileira I

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0

3. EMENTA

Introdução ao estudo da Literatura Brasileira. As primeiras manifestações literárias: Literatura Informativa e Literatura dos Jesuítas. O Barroco. O Arcadismo. O Romantismo.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

AMORA, Antônio Soares. **História da Literatura Brasileira**. 24. ed. São Paulo. Saraiva, 2004.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

CASTELLO, José Aderaldo. **Manifestações literárias do período colonial**, Vol. 1. São Paulo: Cultrix, 1975.

CADERMATORI, Lígia. **Períodos literários**. São Paulo: Ática, 1997.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura e Linguagem. A obra literária e a expressão linguística**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira: origens, barroco e arcadismo**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. **A literatura brasileira através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1995.

MORICONI, Ítalo. **Os cem melhores poemas brasileiros do século**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2001.



PROENÇA, Domício Filho. **Estilos de época na literatura**. 15. ed. São Paulo: Ática, 1995.

RONCARI, Luiz. **Dos Primeiros cronistas aos últimos românticos**. São Paulo. EDUSP, 2002.

COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Mário de. **Aspectos da Literatura Brasileira**. São Paulo: Martins, 1967.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

RAMOS, Péricles Eugênio da Silva. **Do Barroco ao Modernismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

SANT'ANNA, Affonso Romano. **Barroco: do quadrado à elipse**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Linguística.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0

3. EMENTA

Linguagem, pensamento e cultura; língua e sociedade; linguagem e cérebro; propriedades definidoras de línguas naturais. Subáreas da Linguística e suas unidades de análise. Noções básicas da Linguística Estrutural. Os estudos Pré-Saussurianos.



4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- FIORIN, J. L. Introdução à Linguística: I. Objetos Teóricos; São Paulo: Contexto, 2002.
- FIORIN, J. L. Introdução à Linguística: II. Princípios de análise; São Paulo: Contexto, 2007.
- LYONS, J. Linguagem e linguística: uma introdução; Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1987.

COMPLEMENTAR:

- BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é, como se faz.; São Paulo: Loyola, 2002.
- CARVALHO, Castelar de. Para compreender Saussure. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- KENEDY, E. Curso básico de linguística gerativa.; São Paulo: Contexto, 2013.
- MARTELOTTA, M. E. (Org.). Manual de Linguística.; São Paulo: Contexto, 2008.
- MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. Introdução à linguística. Volume 1 e 2.; São Paulo: Cortez, 2001.
- SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral.; São Paulo: Cultrix, 1969.
- WEEDWOOD, B. História concisa da Linguística. São Paulo: Parábola, 2002.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Pedagógica: Educação Especial, Diversidade e Inclusão.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC6	60	0	0	4

3. EMENTA

Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada / integração / inclusão. Valorizar as diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para



Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologia Assistiva. Construção de projetos sociais integradores para educação especial, diversidade e inclusão.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- ALMEIDA, M. A Formação do professor para a educação especial: história, legislação e competência. Cadernos de Educação Especial, n. 24, Santa Maria, p. 23-32, 2004.
- BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. In: Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Marília, Maio-Ago. v.17, p.59-76, 2011. Edição Especial.
- CAPELLINI, V.L.M.F.; MENDES, E. G. O ensino Colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. Educere et Educere. Vol. 2 nº 4 jul./dez. 2007 p. 113- 128. Disponível em https://www.academia.edu/17107628/O_ensino_colaborativo_favorecendo_o_desenvolvimento_profissional_para_a_Inclus%C3%A3o_Escolar.
- FARNOCCHI, Nathalia Galo. O professor de apoio e as Decorrências para a Organização do Trabalho na Escola: análise de orientações legais em diferentes redes de ensino. Disponível em https://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/NathaliaGaloFarnocchi_res_int_GT8.pdf Acesso em 04 de Abril de 2022.
- FERREIRA, Maria Cecília, Carareto. A educação escolar de alunos com deficiência intelectual pode se viabilizar na perspectiva do letramento? In: JESUS, D, M. et al. (Org). Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura de Vitória/CDV/FACITEC, 2007. P.101-109.
- FERRONI, Marília Costa C.; GASPARETTO, Maria Elisabete Rodrigues F. Escolares com Baixa Visão: percepção sobre as dificuldades visuais, opinião sobre as relações com comunidade escolar e o uso de recursos de tecnologia assistiva nas atividades cotidianas. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.18, n.2, p. 301-318, Abr.-Jun., 2012.
- GARCIA, Rosalba M. C. Políticas para a Educação Especial e as Formas Organizativas do Trabalho Pedagógico. Ver. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. v.12, n.3, p.299-316, 2006.
- GÓES, M. C. R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação. In: Marta Kohl de Oliveira; Denise Trento R. Souza; Teresa Cristina Rego. (Org). Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. 1ed.São Paulo: Moderna, 2002, v.1, p. 95-114.
- KARNOPP, L.B; PEREIRA, M.C.C Concepções de leitura e de escrita na educação de surdos. In: LODI, Ana Claudia, Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (Org). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012. P. 125- 133. KARNOPP, Lodenir Becker. Práticas de leitura e



escrita entre surdos. In: LODI, Ana Claudia, Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (Org). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012. P.153-171.

KELMAN, Celeste Azulay. Os diferentes papéis do professor intérprete. In: Espaço: Informativo técnico-científico do INES, nº 24 (julho-dezembro 2005) – Rido de Janeiro: INES, 2005. P. 25-30. LACERDA, Cristina B. F. De. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/EFPel |Pelotas [36]: 133-153, maio/agosto 2010.

COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, Maria Teresa; FERREIRA, Marco. Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação Infantil. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília v.19, n. 4, p. 487-502, Out.-Dez., 2013.

BRASIL. Portaria nº 1.793/1994. Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. Brasília: MEC, 1994.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. Parecer CNE/CP nº 09/2001 – Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. Parecer CNE/CP nº 27/2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP nº 09/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior. Brasília: CNE/CEB, 2001.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. e Faria, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

FERNANDES, E. Educação para todos- saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de



deficiências. Revista Benjamin Constant. no 14 , ano 5. Rio de Janeiro: MEC, 3-10, 1999.

_____. Ensino Fundamental: Currículo e Inclusão. Surdez e Universo Educacional. Anais do IV Congresso Internacional e X Seminário Nacional. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2005 (no prelo).

GLAT,R. A integração social do portador de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.

_____ e FERNANDES, E.M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. Revista Inclusão, Brasília: MEC/SEESP, vol.I, no 1, 2005 (no prelo).

MITTLER,P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Plano Nacional de Educação. Disponível no site www.pedagogiaenfoco.pro.br/10172_01.htm, acessado em agosto/2004.

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível no site www.mec.gov.br/seesp/pdf/res2_b.pdf, acessado em agosto/2004.

_____. & NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. Revista Integração. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, 22-27, 2002.

_____. & OLIVEIRA, E. da S. G. Adaptações Curriculares. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro. Banco Mundial, 2003. Disponível em <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva>, acessado em abril/2022.

REILY, Lucia Helena. Escola inclusiva: linguagem e mediação. Campinas, SP: Papyrus, 2004. STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Historiografia Literária.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0



3. EMENTA

Identidade nacional e a formação de cânones literários. Análise crítica do cânone. Historiografia e história literária: perspectivas críticas. Prática de leitura dos textos literários brasileiros tidos como clássicos. Reflexão sobre os textos fundamentais da literatura brasileira. Literatura e valor cultural.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BOSI, Alfredo. História concisa da Literatura Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1994.
CAMPOS, Haroldo de. O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos. Bahia: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.
CANDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

COMPLEMENTAR:

ALENCAR, José de. O guarani. 25ªed. São Paulo: Ática, 2001.
ALENCAR, José de. Iracema. 38ªed. São Paulo: Ática, 2011.
ANDRADE, Mário de. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. 26ªed. Belo Horizonte: Villa Rica Editoras Reunidas, 1990.
AUERBACH, Erich. Ensaio de Literatura Ocidental. Trad. Samuel Titan Jr. e José Marcos Marini de Macedo. São Paulo: Ed. Duas cidades; Ed. 34. 2007.
BOSI, Alfredo. Literatura e resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. 4ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
BLOOM, Harold. O cânone ocidental. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
CALVINO, Italo. Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia de Bolso, c2007. ISBN: 9788535911343.
CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos Vol. I e II, 7ª ed. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993.
CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária, 8ªed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
CANDIDO, Antonio. O método crítico de Sílvia Romero. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
ZILBERMAN, Regina & MOREIRA, Maria Eunice. O berço do cânone. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA



DISCIPLINA: Literatura Brasileira II				
PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0
3. EMENTA				
<p>O Realismo e o Naturalismo brasileiros: seu contexto histórico, estético, principais autores e respectivas obras. Simbolismo, Parnasianismo: relações históricas, estéticas, principais autores e respectivas obras. O teatro e a crítica literária. A prática de ensino e as pesquisas nessa área.</p>				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA:				
<p>AMORA, Antônio Soares. História da Literatura Brasileira. 24. ed. São Paulo. Saraiva, 2004.</p> <p>BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1994.</p> <p>BROCA, Brito. Naturalistas, Parnasianos e Decadentistas: Vida Literária do Realismo ao Pré-Modernismo. Campinas, SP: Unicamp, 1991.</p> <p>CANDIDO, Antônio. O discurso e a cidade. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2010.</p> <p>CALDWELL, Helen. O Otelô brasileiro de Machado de Assis. Cotia, SP: Ateliê, 2008.</p> <p>CANDIDO, Antônio. Vários escritos. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2012.</p> <p>CASTELLO, José Aderaldo. Manifestações literárias do período colonial, Vol. 1. São Paulo: Cultrix, 1975.</p> <p>CADERMATORI, Lígia. Períodos literários. São Paulo: Ática, 1997.</p> <p>COELHO, Nelly Novaes. Literatura e Linguagem. A obra literária e a expressão lingüística. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.</p> <p>COUTINHO, Afrânio. A literatura no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.</p> <p>SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: 34, 2000.</p>				
COMPLEMENTAR:				
<p>GLEDSON, John. Por um novo Machado de Assis. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.</p> <p>MOISÉS, Massaud. História da literatura brasileira. Romantismo. São Paulo: Cultrix,</p>				



1995.

_____. História da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. A literatura brasileira através dos textos. São Paulo: Cultrix, 1995.

MORICONI, Ítalo. Os cem melhores contos brasileiros. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MORICONI, Ítalo. Os cem melhores poemas brasileiros do século. Rio de Janeiro.

Objetiva, 2001.

PAIVA, Aparecida et al (org). Democratizando a leitura: pesquisas e práticas. Belo Horizonte: CEALE, Autêntica, 2004.

SANTIAGO, Silviano. Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural.

Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Duas meninas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Linguística Textual.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0

3. EMENTA

Noções de texto e de hipertexto. Fatores de textualidade: coesão, coerência, situacionalidade, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade e intertextualidade. Referenciação: construção de objetos de discurso. Referenciação e argumentação. Estratégias de continuidade e de progressão textual. Marcas de articulação textual: conectores, operadores, modalizadores, tempos verbais.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ANTUNES, I. Lutar com as palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. InEstética da criação verbal. São Paulo:



Martins Fontes, 1992.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. (Org). O texto e seus conceitos. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2014.

COSCARELLI, Carla Viana. Hipertextos na teoria e na prática. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

COSTA VAL, Maria da Graça Ferreira. Texto, textualidade, textualização. In: CECCANTINI, J. L. Tápias PEREIRA, Rony F; ZANCHETTA Jr, Juvenal. Pedagogia cidadã: Cadernos de formação: Língua Portuguesa. v.1, São Paulo: UNESP, 2004.

COMPLEMENTAR:

BAZERMAN, C. Gênero, agência e escrita. São Paulo: Cortez, 2006.

BENTES, A. C. Linguística textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. B. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001, v. 1, p. 245-285.

DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. R. E BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à Linguística Textual: trajetórias e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 22 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. As tramas do texto. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2005.

LARA, Gláucia Muniz Proença. O uso dos operadores argumentativos em textos publicitários. Revista Vertentes (São João Del-Rei), v. 30, p. 146-154, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONDADA, Lorenza. Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référenciation. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante. Revista de Letras, Fortaleza, v. 1/2, n. 24, p. 118-130, 2002.

MAGNABOSCO, Gislaine Gracia. Contribuições da Linguística Textual para a análise da coerência em hipertextos. Texto Livre, v. 3, p. 1-17, 2010.

POLLI DA SILVA, Rita do Carmo. A Linguística Textual e a sala de aula. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Morfologia do Português Brasileiro.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"



2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0
3. EMENTA				
A morfologia do Português no Brasil. O morfema. Palavra e vocábulo; forma livre, presa e dependente. Análise mórfica. Classes de palavras. Flexão e derivação. Flexão verbal e nominal. Criação lexical: processos produtivos de formação de palavras no português contemporâneo. Variação morfológica. Processos morfossintáticos. Análise crítica da proposta da Gramática Tradicional para o ensino da Morfologia.				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA:				
BASÍLIO, Margarida. Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa. Petrópolis: Vozes, 1980.				
BASÍLIO, Margarida. Formação e classes de palavras no português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.				
CARONE, Flávia de Barros. Morfossintaxe. São Paulo: Ática, 2002. (Série Fundamentos)				
ROCHA, Luiz Carlos de Assis. Estruturas Morfológicas do Português. Minas Gerais: EDUFUMG, 2003.				
COMPLEMENTAR:				
BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.				
CÂMARA, Jr. Joaquim Matoso. Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2001.				
CUNHA, Celso Ferreira. Gramática da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: MEC/FAE, 2004.				
KEHDI, Valter. Formação de palavras em português. 3ª ed., São Paulo: Ática, 2002. (Série Princípios).				
LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. Manual de morfologia de Português. 3ª edição, CampinasSP: Pontes, Juiz de Fora- MG, 2003.				
MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. Gramaticalização no português do Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.				



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Semântica.				
PRÉ-REQUISITOS: “NÃO POSSUI”				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0
3. EMENTA				
Os estudos da semântica, as diversas abordagens e seus objetos de estudo. Estudo do sentido das formas linguísticas atualizadas no texto. A relação da semântica com outras disciplinas. A pesquisa linguística no campo da semântica.				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA: BREAL, M. Ensaio de semântica. São Paulo: EDUCA, 1992. CANÇADO, Márcia. Manual de semântica: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2012. ILARI, Rodolfo. Introdução à semântica: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2013. FERRAREZI, Celso Júnior. Semântica para a educação básica. São Paulo: Parábola, 2008. FREGE, G. Sobre sentido e referência. In: Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix, 1978. GUIMARÃES, Eduardo. História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004. COMPLEMENTAR: MARQUES, M. H. D. Iniciação à semântica. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. MOURA, M. Significação e contexto. Florianópolis. Insular, 1999. OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica formal: uma breve introdução. Campinas: Mercado de Letras, 2001. NÖTH, Winfried. Panorama da semiótica: de Platão a Pierce. 4ª ed. São Paulo: Annablume, 2003. PALMER, F. R. Semântica. Lisboa. Edições 70, s/d.				



SCHWARZ, Roberto. Duas meninas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Introdução ao Estágio Supervisionado.

PRÉ-REQUISITOS: Didática Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa.

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	0	4

3. EMENTA

Esta fase do estágio é de investigação, o que significa que os alunos devem conhecer a realidade escolar do modo mais completo possível: o funcionamento da escola.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BORTOLOTTI, Nelita Bortolotto [et al.]. Estágio supervisionado I e II, Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

CORACINI, M. J. O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira. SP: Pontes, 1995.

FONSECA, Lúcia L. O Universo da sala de aula: uma experiência em Pedagogia de Projetos, Porto Alegre, Mediação, 1999.

GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 1998.

GASPARIN, Uma Didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas, Autores Associados, 2002.

PERRENOUD. P.10 novas competências para ensinar. Porto Alegre: Art Med, 2000.

COMPLEMENTAR:

ARCE, Alessandra. A formação de professores sob a ótica construtivista: primeiras aproximações e alguns questionamentos. In: DUARTE, Newton (Org.). Sobre o construtivismo: contribuições a uma análise crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2000, p. 41 - 62.

AZEVEDO, Ricardo. A didatização e a precária divisão de pessoas em faixas etárias:



dois fatores no processo de (não) formação de leitores. In PAIVA, Aparecida et al. (org). Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces – o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2003. p.75-83

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Orientações Curriculares do Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. MEC, Brasília, 2006.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

LUCKESI, Cipriano C., Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo, Cortez, 1988.

MELCHIOR, Maria Celina. Avaliação Pedagógica – função e necessidade. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1994.

MELLO, Guiomar Namó de. Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 1998.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Literatura Brasileira III.

PRÉ-REQUISITOS: “NÃO POSSUI”

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0

3. EMENTA

Literatura brasileira no século XX. Pré-modernismo. O modernismo no Brasil e a visão geral da literatura no mundo neste período: Vanguardas e determinantes das inovações literárias. A Semana de Arte Moderna. O Romance de 30. A poesia moderna brasileira: estética, representantes e obras. As vanguardas: concretismo, neoconcretismo e poesia-processo. A prática de ensino da Literatura Brasileira e as pesquisas nessa área.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ANDRADE, Oswald de. A utopia antropofágica. São Paulo: Globo, 2011.



BOAVENTURA, Maria Eugênia. 22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos. São Paulo: Edusp, CAMPOS, Augusto et al. Teoria da poesia concreta. São Paulo: Ateliê, 2006.

PRADO, Décio de Almeida. O teatro brasileiro moderno. São Paulo: Perspectiva, 1996.

SANTIAGO, Silviano. Nas malhas da letra. São Paulo: Rocco, 2013.

COMPLEMENTAR:

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1987.

BRADBURY, Malcom; MCFARLANE, James. Modernismo: guia geral 1890-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CANDIDO, Antônio. Educação pela noite & outros ensaios. São Paulo: Ática, 1987.

COUTINHO, Afrânio. A literatura no Brasil: era realista; era de transição. Vol 4. São Paulo: Global, 2002.

HAUSER, ARNOLD. História social da literatura e da arte. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PUPPO, Joana D'arc Martins. Literatura Brasileira III. Ponta Grossa : EPG/NUTEAD, 2012.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Sintaxe do Português.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0

3. EMENTA

Estudo dos processos de estruturação sintática no português do Brasil. Análise descritiva e explicativa. Gramaticalidade e uso. Aplicações ao ensino de português. A estrutura sintática dos diferentes tipos de sentenças: complementos e adjuntos. A transitividade verbal e a estrutura de argumentos do predicado. Aspectos de variação e mudança no português brasileiro.



4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CASTILHO, A. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, D.P. Novíssima gramática da Língua Portuguesa. 48ª ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

KOCH, I.V. & SILVA, M.C.P. de S. A linguística aplicada ao português: Sintaxe. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MACAMBIRA, J. R. A estrutura morfo-sintática do português. 9ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

NEVES, M. H. M; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org). As Gramáticas contemporâneas do português. Com a palavra os autores. São Paulo: Parábola, 2014.

PERINI, M. A. Sintaxe portuguesa: metodologia e funções. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

PERINI, Mário Alberto (2010). Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Parábola.

ROSA, Camilo; CHRISTIANO, Elizabeth. SINTAXE. João Pessoa, Editora UFPB. 2010.

COMPLEMENTAR:

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley (2001). Nova Gramática do Português Contemporâneo. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

GONÇALVES, S. C. L. et. all. Introdução à Gramaticalização. São Paulo: Parábola, 2007.

MATEUS, Maria Helena Mira et alii (2003). Gramática da Língua Portuguesa. 5a.ed. revista e aumentada. Lisboa: Ed. Caminho.

PERINI, M. A. (1995). Para uma Nova Gramática do Português. São Paulo: Ática.

PERINI, Mário Alberto (2006). Princípios de Linguística Descritiva: Introdução ao Pensamento Gramatical. São Paulo: Parábola.

PERINI, Mário Alberto (2007). Gramática descritiva do português. São Paulo: Ática.

PERINI, Mário Alberto (2009). Estudos de Gramática Descritiva: As valências verbais. São Paulo: Parábola.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da (2003). Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 43a ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

VIEIRA S.R.& BRANDÃO, S. F. (Orgs.) Ensino de Gramática. Descrição e uso. São Paulo. Editora Contexto.



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Teorias da Literatura.				
PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0
3. EMENTA				
Teoria Literária: conceito, origem, evolução e correntes. Literatura: conceito, funções e influências. Discurso: conceito, tipos, qualidades, vícios, figuras e trapos. Versificação: métrica, ritmo, rima, estrofe. Gêneros literários. Periodização literária: o tempo e o espaço, autores e obras importantes.				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA: AGUIAR E SILVA, Victor Manuel de. Teoria da Literatura. São Paulo: Livraria e Editora Martins Fontes, 1976. ARISTÓTELES. Poética. São Paulo: Abril Cultural (Pensadores Vol.II) 1979, p.241/269. AMORA, Antônio Soares. Introdução à teoria literária. São Paulo: Cultrix, 1973. BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte. São Paulo: Ática, 1995.				
COMPLEMENTAR: CADEMARTORI, Lígia. Períodos Literários. São Paulo: Ática, série Princípios, 1995. CASTAGNINO, Raul H. Que é Literatura? São Paulo: Ed. Mestre Jou s/d. COUTINHO, Afrânio. Crítica e Poética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. _____. Notas de Teoria Literária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. DAICHES, David. Posições da crítica em face da literatura. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967. p.13/55. PROENÇA FILHO, Domício. Estilos de Época na literatura. São Paulo: Ática, 1983. STAIGNER, Emil. Conceitos fundamentais da poética. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. WELLEK, René e WARREN, Austin. Teoria da Literatura. Lisboa: Europa América, 1971.				



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: (Multi) Letramento e Ensino de Línguas.				
PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0
3. EMENTA				
<p>Os letramentos sociais e sua relação com a escola e com a mudança social. A escolarização dos letramentos e seu impacto na educação e em outros contextos situados. As políticas de letramento no Brasil e o desenvolvimento de programas de letramento para o ensino de línguas. As práticas de letramento, seu papel na constituição dos sujeitos, inclusive das minorias, e na produção dos saberes/poderes na sociedade.</p>				
4. BIBLIOGRAFIA				
<p>BÁSICA:</p> <p>FIORIN, José L. Argumentação. São Paulo: Contexto, 2015.</p> <p>KLEIMAN, A. e ASSIS, J. (orgs). Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2016.</p> <p>LEITÃO Selma e DAMIANOVIC, Maria C. (Org.). Argumentação na escola: o conhecimento em construção. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.</p> <p>SILVA, Wagner Rodrigues. Polêmica da Alfabetização no Brasil de Paulo Freire. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas. N. 58.1: 219-240, jan/abr, 2019.</p> <p>STREET, Brian. Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola, 2014.</p> <p>COMPLEMENTAR:</p> <p>KLEIMAN, A. B. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.</p>				



_____. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. Signo. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007.

_____. Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever? Unicamp: Cefiel/IEL, 2010.

LEA, M. e STREET, B. O modelo dos letramentos acadêmicos: teorias e implicações. Revista da USP, v.16, n. 2, p. 477-493, acesso em 2014.

MAGALHÃES, I. Discursos e práticas de letramentos. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

MARINHO, M. e CARVALHO T. G. (orgs.) Cultura escrita e letramento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PERELMAN Chaïm & OLBRECHT-TYTECA . Tratado da argumentação: A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola, 2012.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Letramento. Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VÓVIO, C.; SITO, L.; DE GRANDE, P. **Letramentos**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Literaturas Portuguesa.

PRÉ-REQUISITOS: “NÃO POSSUI”

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	45	15	4	0

3. EMENTA

Estudo panorâmico da Literatura Portuguesa através da leitura de textos representativos de temas e problemas relacionados à formação desse sistema literário.

4. BIBLIOGRAFIA



BÁSICA:

- AZEVEDO FILHO, Leodegário de. História da literatura portuguesa: a poesia dos trovadores galego-portugueses. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- BOCAGE, Manuel Maria Barbosa du. Os amores (poemas escolhidos). São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- BERARDINELLI, Cleonice. Antologia do teatro de Gil Vicente. 3. ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CIDADE, Hernani. Luís de Camões, o épico. Lisboa: Bertrand, 1968.
- CORRÊA, Natália. Cantares dos trovadores. Lisboa: Editorial Estampa, s/d.
- DUBY, Georges. O tempo das catedrais: a arte e a sociedade. Lisboa: Estampa, 1979.
- FERREIRA, m. Ema Tarracha. Antologia literária comentada: Idade Média; poesia trovadoresca; Fernão Lopes. 4 ed..s/l: Editora Ulisséia, s/d.
- GARRETT, Almeida. Frei Luís de Souza. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, s/d.
- GARRETT, Almeida. Viagens na minha terra. Porto: Livraria Figueirinhas, 1960.
- LAPA, M.Rodríguez. Lições de literatura portuguesa: época medieval. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LE GOFF, Jacques. O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LE GOFF, Jacques. Os intelectuais na Idade Média. Lisboa: Gradiva, 1984.
- LOPES, Fernão. Crônicas. Rio de Janeiro: Agir, 1974.
- PESSANHA, Camilo. Clepsidra. 6.ed.. Lisboa: Ática, 1973.
- PESSOA, Fernando. O eu profundo e os outros eus (seleção poética). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PESSOA, Fernando. Obras em prosa. Rio de Janeiro: Aguilar, 1986.
- PESSOA, Fernando. Obra poética. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.
- QUEIRÓS, Eça de. O primo Basílio. São Paulo: Ática, 1980.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de. Poemas completos. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.
- SARAIVA, António & LOPES, Óscar. História da literatura portuguesa. Porto: Porto Editora, s/d.
- SARAIVA, António José. Gil Vicente e o fim do teatro medieval. Lisboa: EuropaAmérica, s/d.
- SARAIVA, José Hermano. História concisa de Portugal. Lisboa: Europa-América, s/d.
- SPINA, Segismundo. Lírica trovadoresca. São Paulo: EdUSP, 1991.
- VERDE, Cesário. Poesia completa e cartas escolhidas. São Paulo: Cultrix, 1982.

COMPLEMENTAR:

- D'ALGE, Carlos. O exílio imaginário: ensaios de literatura de língua portuguesa. Fortaleza: UFCE, 1983.
- AMORA, Antonio Soares. Presença da literatura portuguesa – IV: O Simbolismo. São Paulo: Difel, 1969.



DA CAL, Ernesto Guerra. Língua e estilo em Eça de Queirós. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
FERREIRA, Alberto. Perspectiva do romantismo português. 3 ed.. Literatura Portugal, s/d. LOURENÇO, Eduardo. O labirinto da saudade. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
SILVEIRA, Jorge Fernandes da (org.). Escrever a casa portuguesa. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Eletiva Livre I.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC7	45	15	4	0

3. EMENTA

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

COMPLEMENTAR:

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado I – Língua Portuguesa e Literatura/Interpretação de Texto.

PRÉ-REQUISITOS: Introdução ao Estágio Supervisionado e Literatura I, II e III.

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS



Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC6	120	0	0	8

3. EMENTA

Participar de atividades didático-pedagógicas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa do 6º e 7º ano do ensino fundamental. Elaborar propostas de trabalho com diferentes gêneros textuais que contemplem também textos literários.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BORTOLOTTI, Nelita Bortolotto [et al.]. Estágio supervisionado I e II, Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

CORACINI, M. J. O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira. SP: Pontes, 1995.

FONSECA, Lúcia L. O Universo da sala de aula: uma experiência em Pedagogia de Projetos, Porto Alegre, Mediação, 1999.

GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 1998.

GASPARIN, Uma Didática para a pedagogia histórico-crítica, Campinas, Autores Associados, 2002.

PERRENOUD. P.10 novas competências para ensinar. Porto Alegre: Art Med, 2000.

COMPLEMENTAR:

ARCE, Alessandra. A formação de professores sob a ótica construtivista: primeiras aproximações e alguns questionamentos. In: DUARTE, Newton (Org.). Sobre o construtivismo: contribuições a uma análise crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2000, p. 41 - 62.

AZEVEDO, Ricardo. A didatização e a precária divisão de pessoas em faixas etárias: dois fatores no processo de (não) formação de leitores. In PAIVA, Aparecida et al. (org). Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces – o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2003. p.75-83.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Orientações Curriculares do Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. MEC, Brasília, 2006.



FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.
LUCKESI, Cipriano C., Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo, Cortez, 1988.
MELCHIOR, Maria Celina. Avaliação Pedagógica – função e necessidade. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1994.
MELLO, Guiomar Namó de. Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 1998.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Design Thinking e Desenvolvimento de Projetos Inovadores em Educação.

PRÉ-REQUISITOS: “NÃO POSSUI”

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0

3. EMENTA

Conceituação do Design Thinking; Design Thinking como metodologia facilitadora para ampliação das dinâmicas práticas nos espaços de ensino e aprendizagem. O Design Thinking, seus métodos e ferramentas. A criatividade como processo passível de aprendizado e gerenciamento. **A criatividade e a inovação no trabalho pedagógico e no processo de aprendizagem:** formas de expressão e estratégias para sua estimulação. **A criatividade na perspectiva da educação inclusiva:** sua significação para à aprendizagem e para o desenvolvimento de alunos e professores. Problemas teóricos e metodológicos atuais no estudo da criatividade e da inovação. Particularidades da elaboração de projetos para o desenvolvimento da criatividade e da inovação no contexto educacional.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BROWN, Tim. Design Thinking: Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2010.

Carbonell, J. A aventura de inovar: a mudança da escola. Porto Alegre: Artes Médicas.



2002.

FARIAS, I.M.S. Inovação , mudança e cultura docente. Brasília: LiberLivro.2006.

FILHO, Vilson Martins; GERGES, Nina Rosa Cruz; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; Design thinking, cognição e educação no século XXI. IN: Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 15, n. 45, p. 579-596, maio/ago. 2015. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189141165011.pdf> Acesso em 05/04/2022.

GARCIA, W.E (org). Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas: Campinas: Autores Associados. 1995.

NACHMANOVITCH, Stephen. Ser Criativo – O poder da improvisação na vida e na arte. São Paulo: Summus, 2010.

OSTROWER, F. Criatividade e processos de criação. 9 ed. Petrópolis: Vozes. 1993.

COMPLEMENTAR:

ACADEMIA PEARSON. Criatividade e Inovação. Pearson 150 ISBN 9788576058847.

BERZBACH, Frank. Psicologia para criativos. São Paulo: GG, 2013.

JOHNSON, Steven. De onde vêm as boas ideias. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. Emergência: a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

Mitjans Martínez, A. Criatividade, personalidade e educação. Campinas: Papyrus 1997.

PINHEIRO, Tennyson; ALT, Luiz. Design Thinking Brasil: empatia, colaboração, experimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

SALLES, Cecília Almeida. Redes da Criação. Vinhedo: Editora Horizonte, 2008.

SALLES, C. A. Crítica Genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística. 3ª ed. São Paulo: EDUC. 2008.

STICKDORN, Marc. Isto é design thinking de serviços – Fundamentos, ferramentas e casos. Porto Alegre: Bookman, 2014.

TACCA, M C.(org.). Aprendizagem e trabalho pedagógico. Campinas: Alínea. 2006.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Metodologias Ativas, Tecnologias Digitais e Relações de Aprendizage.

PRÉ-REQUISITOS: “NÃO POSSUI”

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos



UC1	45	15	4	0
3. EMENTA				
Introdução as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC; Aprendizagem Tecnológica Ativa; Ambiente Pessoal de Aprendizagem – APA; Recursos Audiovisuais (vídeo didático, filmes de ficção científica e produção de vídeos animados); Ensino Híbrido e Educação Online; Direitos Autorais e Éticos no Ensino Não Presencial; Tecnologia Assistiva/Inclusiva para Práticas Pedagógicas; Gamificação e Jogos Digitais; Aplicativos, Sites, Softwares e Técnicas para a aprendizagem em Língua Portuguesa; Plataformas Educacionais Digitais.				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA:				
<p>ALVES, F. Gamification: como criar experiências de aprendizagem engajadoras: um guia completo do conceito à prática. São Paulo: DVS Editora, 2015.</p> <p>ALVES, L. M. Gamificação na educação: aplicando metodologias de jogos no ambiente educacional [versão eletrônica]. Joinville: SC, 2018.</p> <p>FARDO, M. L. A gamificação aplicada em ambientes de aprendizagem. RENOTE. Rio Grande do Sul, v. 11, nº 1, julho, 2013b. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/41629/26409 Acesso em: 06 abril 2022.</p> <p>FARDO, M. L. A gamificação como estratégia pedagógica: estudo de elementos dos games aplicados em processos de ensino e aprendizagem. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013a. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/handle/11338/457 Acesso em: 06 abril 2022.</p> <p>GIORDAN, M. Computadores e linguagens nas aulas de ciências: uma perspectiva sociocultural para compreender a construção de significados. Injuí: Ed. Unijuí, 2008. 328p.</p> <p>LEÃO, M. B. C. Tecnologias na educação: uma abordagem crítica para uma atualização prática. Recife: UFRPE, 2011. 181p.</p> <p>GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 238.p.</p> <p>GIORDAN, M. CUNHA, M. B. Divulgação Científica na sala de aula: perspectivas e possibilidades. Injuí: Ed. Unijuí, 2015. 360p.</p> <p>MERCADO, L. P. L.; VIANA, M. A. P.; PIMENTEL, F. S. C. (Org.). Estratégias didáticas e as TIC: ressignificando as práticas na sala de aula. Maceió: EDUFAL, 2018. 376p.</p> <p>TONÉIS, C. N. Os games na sala de aula: games na educação ou a gamificação da educação? São Paulo: Bookess, 2017.</p>				



COMPLEMENTAR:

BURKE, B. Gamificar: como a gamificação motiva as pessoas a fazerem coisas extraordinárias. São Paulo: DVS editora, 2015.

JUNIOR, F. B. S. Gamificação e compreensão do texto literário: um jogo digital baseado na obra Os Miseráveis, de Victor Hugo. 2018. 183 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Estadual do Ceará, Natal, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6486063 Acesso em: 06 abril 2022.

KAPP, K. M. The Gamification of Learning and Instruction: Case-Based Methods and Strategies for Training and Education. New York: Pfeiffer: Na Imprint of John Wiley & Sons, 2012.

LEFFA, V. 2014a. Gamificação adaptativa para o ensino de línguas. In: Anais do Congresso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación. Buenos Aires, Argentina, Disponível online em http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/Gamificacao_Adaptativa_Leffa.pdf. Acesso em 06/04/2022.

_____ et al. 2014b. Aprendizagem como vício: o uso de games na sala de aula. In: Revista (Con)Textos Linguísticos, 10.1, p. 358-378. Disponível online em: http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/Aprendizagem_vicio.pdf . Acesso em 06/04/2022.

MOREIRA, C. S. A gamificação como estratégia para a formação de leitores literários no ensino fundamental. 2018. undefined f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Ensino de Línguas) - Fundação Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2018.

Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7407698 Acesso em: 04 abril 2022.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Eletiva Livre II.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC7	45	15	4	0



3. EMENTA
4. BIBLIOGRAFIA
BÁSICA:
COMPLEMENTAR:

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Prática Pedagógica: Tecnologias Digitais e Inovação.				
PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC6	60	0	0	4
3. EMENTA				
Tendências Inovadoras em Educação. O uso das tecnologias digitais aplicadas à Educação. Inovações pedagógicas com o uso das tecnologias. A geração que chega às salas de aulas, à formação e seus desafios docentes. Construção de projetos integradores com tecnologias digitais e inovação para educação básica, de modo que possam ser implementadas no contexto escolar e oferecer novas possibilidades de aprendizagem aos alunos.				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA:				
BARROS, D. M. V. et al. Educação e tecnologias: reflexão, inovação e práticas. E-book. Lisboa: [s.n.], 2011.				
BATES, A. W. (Tony). Tendências em Educação Aberta. Educação na era digital: design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Digital, 2016, p. 421-450 (Tradução de Claudio Cleverson de Lima).				



GARUTTI, S.; FERREIRA, V. L. Uso das tecnologias de informação e comunicação na educação. In: Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v.20, n.2, p. 355-372, jul./dez. 2015. Disponível em

<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/3973/2712> .

Acesso em 04 ABR 2022.

GÓMEZ, Ángel I. Pérez. Educação na Era Digital: A Escola Educativa. Traduzido por: Bartira Costa Neves Marisa Guedes. Porto Alegre: Penso, 2015.

MORAN, J.; MASETTO, M.T; BEHRENS, Marilda A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2013.

COMPLEMENTAR:

BACICH, L; MORAN, J. (Org.). Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico prática. Editora Penso, Porto Alegre, 2018.

FREITAS, M. T. A. A formação de professores diante dos desafios da cibercultura. In: FREITAS, M. T. A. (Org.). Cibercultura e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 57-74.

MORAN, J.; MASETTO, M.T; BEHRENS, Marilda A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2013.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Gestão Escolar.

PRÉ-REQUISITOS: Introdução ao Estágio Supervisionado.

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC6	45	0	0	3

3. EMENTA

Gestão escolar: abordagens, perspectivas e qualidade do ensino. Democratização da escola pública e a construção da autonomia na gestão escolar. Gestão, ação coletiva e práticas compartilhadas no interior da escola. Comunidade e participação popular na escola. Papel do gestor: coordenação do trabalho coletivo escolar e de participação na gestão da escola. Gestão escolar e a participação da comunidade escolar no projeto



político pedagógico. Gestão escolar e Conselhos Escolares.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- LÜCK, Heloísa. A Gestão Participativa na Escola. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.
- _____, A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____, A gestão participativa na escola. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- PARO, Vítor Henrique. Por dentro da Escola Pública. São Paulo: Xamã, 1995.
- _____. Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia. São Paulo: Papyrus, 1996.
- _____. Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. Gestão Democrática da Escola Pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. (Séries Idéias, nº. 12), São Paulo: FDE, 1992.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COMPLEMENTAR:

- ALVES, Nilda. Educação & supervisão: o trabalho coletivo na escola. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FERRAZ, R. D.; FERREIRA, L. G.; FERRAZ, R. de C. S. N. O coordenador pedagógico e a organização do trabalho escolar no contexto da pandemia. Humanidades & Inovação. 2021. v. 38. p. 1-25.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?. Campinas: Papyrus, 2016.
- LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- LÜCK, Heloísa. Gestão participativa na escola. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- RANGEL, Mary (Org.). Supervisão pedagógica: princípios e práticas. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- SILVA JR., Celestino Alves da; RANGEL, Mary (Org). Nove olhares sobre a supervisão. 16. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- URBANETZ, Sandra Terezinha; SILVA, Simone Zampier da. Orientação e supervisão escolar: caminhos e perspectivas. Curitiba: Intersaberes, 2013.
- VASCONCELOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 8 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2007.



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Estágio Supervisionado II – Língua Portuguesa e Literatura/Interpretação de Texto.				
PRÉ-REQUISITOS: Introdução ao Estágio Supervisionado e Literatura I, II e III.				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC6	120	0	0	8
3. EMENTA				
Participar de atividades didático-pedagógicas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa do 8º e 9º ano do ensino fundamental. Elaborar propostas de trabalho com diferentes gêneros textuais que contemplem também textos literários.				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA: BORTOLOTTI, Nelita Bortolotto [et al.]. Estágio supervisionado I e II, Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. CORACINI, M. J. O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira. SP: Pontes, 1995. FONSECA, Lúcia L. O Universo da sala de aula: uma experiência em Pedagogia de Projetos, Porto Alegre, Mediação, 1999. GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 1998. GASPARIN, Uma Didática para a pedagogia histórico-crítica, Campinas, Autores Associados, 2002. PERRENOUD. P.10 novas competências para ensinar. Porto Alegre: Art Med, 2000.				
COMPLEMENTAR: ARCE, Alessandra. A formação de professores sob a ótica construtivista: primeiras aproximações e alguns questionamentos. In: DUARTE, Newton (Org.). Sobre o construtivismo: contribuições a uma análise crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2000, p. 41 - 62. AZEVEDO, Ricardo. A didatização e a precária divisão de pessoas em faixas etárias:				



dois fatores no processo de (não) formação de leitores. In PAIVA, Aparecida et al. (org). Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces – o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFGM, 2003. p.75-83.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Orientações Curriculares do Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. MEC, Brasília, 2006.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

LUCKESI, Cipriano C., Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo, Cortez, 1988.

MELCHIOR, Maria Celina. Avaliação Pedagógica – função e necessidade. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1994.

MELLO, Guiomar Namó de. Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 1998.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I.

PRÉ-REQUISITOS: Cumprimento de 50% das disciplinas do curso.

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	30	0	0	2

3. EMENTA

Orientações para elaboração do projeto de pesquisa com vistas ao TCC. Escolha do tema e definição do problema de pesquisa. Elaboração do roteiro da monografia: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Definição dos orientadores. Elaboração do projeto de Pesquisa, com aprovação do(a) orientador(a). Correção ortográfica e dos Procedimentos para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos de acordo com a ABNT.

4. BIBLIOGRAFIA



BÁSICA:

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1994.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica**. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

FAZENDA, Ivani (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar em projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Adaptação Lana marra Siman. Porto alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LUDKE, Menga et al. **O professor e a pesquisa**. 3 ed. Campinas-SP: Papirus, 2001.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Aprendizagem, Neurociência e Inclusão.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0

3. EMENTA

Conhecer as relações entre aprendizagem, desenvolvimento do cérebro, potencialidades e as limitações do sistema nervoso permitem atender as demandas do educador frente às dificuldades de aprendizagem, neste sentido a neurociência da aprendizagem surge como uma ferramenta promissora que possibilita entender em termos gerais como o cérebro humano aprende, buscando compreender como as redes neurais são



estabelecidas durante o processo de ensino/aprendizagem, levando uma contribuição positiva na prática pedagógica. Nesta disciplina, o foco é desenvolver habilidades que fundamentam a neurobiologia cognitiva, preparando os discentes para aplicarem os conhecimentos sobre como as funções cerebrais podem conduzir e influenciar na aprendizagem, capacitando novas gerações de pensadores a aplicarem os conhecimentos adquiridos nas mais diversas áreas de ensino.

Fundamentos teóricos da inclusão: O que é Inclusão?; As Perspectivas da Inclusão; Diagnóstico e Prevenção; A Construção do Conhecimento e seu Significado na Educação Inclusiva.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BEAR, Mark F. Neurociências: desvendando o sistema nervoso. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COSENZA, Ramon Moreira. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RELVAS, Marta Pires. Neurociência e educação - potencialidades: dos gêneros humanos na sala de aula. Rio de Janeiro: WAK, 2010

COMPLEMENTAR:

FLOR, Damaris. Neurociência para educador. São Paulo: Baraúna, 2011.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana. Neurociências na educação: 4 volumes em DVD. _____. O cérebro em transformação. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

LENT, Roberto. Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociências. São Paulo: Atheneu, 2010.

_____. Sobre neurônios, cérebro e pessoas. São Paulo: Atheneu, 2011.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Eletiva Livre III.

PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos



UC7	45	15	4	0
3. EMENTA				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA:				
COMPLEMENTAR:				

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Competências e Habilidades Profissionais.				
PRÉ-REQUISITOS: "NÃO POSSUI"				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS				
Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC1	45	15	4	0
3. EMENTA				
Habilidades e Competências na BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Conceito de competências e habilidades no contexto educacional para o ensino básico da língua portuguesa. Competências e Habilidades no ensino e na gestão escolar. Competências no ambiente educacional e profissional.				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA:				
COSTA, A. Quatro questões sobre a noção de competências na formação de professores: o caso brasileiro. Revista de Educação, v. 12, n. 2, p. 95-106, 2005.				
CRUZ, C. Competências e habilidades: da proposta à prática. São Paulo: Edições Loyola, 2001.				
DIAS, I. S. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. Revista				



Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, v. 14, n. 1, p. 73-78, 2010.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. Rev. adm. contemp. [online]. 2001, v.5, n. especial, p. 183-196. ISSN 1982-7849.

PAQUAY, L.; PERRENOUD, P. Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

COMPLEMENTAR:

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

WITTMANN, Lauro Carlos. Práticas em gestão escolar. Curitiba: IBPEX, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

Base Nacional Comum Curricular. Educação é Base. MEC (Ministério da Educação). Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . Acessado dia 25/03/2022.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado III – Língua Portuguesa e Literatura.

PRÉ-REQUISITOS: Introdução ao Estágio Supervisionado e Literatura I, II e III.

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS

Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC6	120	0	0	8

3. EMENTA

Participar de atividades didático-pedagógicas voltadas para o ensino de Língua



Portuguesa e Literatura no 1º, 2º, 3º ano do ensino médio e EJA. Desenvolver senso crítico acerca da transmissão dos conteúdos dessas disciplinas no Ensino Médio. Desenvolver propostas eficazes de ensino de Língua Portuguesa e Leitura/Interpretação de Texto na EJA.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. Muito além da gramática: por um ensino sem pedras no caminho São Paulo: Parábola, 2007.

BUNZEN, Clézio, MENDONÇA, Márcia (Orgs) Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006 (Coleção Estratégias de ensino).

PICONEZ, Stela (coord.) A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 2003

PIMENTA, Selma Garrido, LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, Selma Garrido (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação. São Paulo: Libertad, 2001.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio. Língua Portuguesa – MEC/ Brasília, 1998.

SACRISTÁN, J. Gimeno, GÓMES, A.I.Perez. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: ArtMed., 1996

SOUZA, Ana Lúcia, CORTI, Ana Paula, MENDONÇA, MÁRCIA. Letramentos no ensino médio. São Paulo: Parábola, 2012.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II.

PRÉ-REQUISITOS: Trabalho de Conclusão de Curso I.

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS



Tipo de Disciplina	Carga Horária		Créditos	
	Presencial	Distância	Teóricos	Práticos
UC5	30	0	0	2

3. EMENTA

Finalização do trabalho monográfico. Orientações metodológicas para a formatação da monografia. Organização para socialização da monografia (seminário de comunicação científica). Correção ortográfica e dos Procedimentos para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos de acordo com a ABNT. Publicação do texto final do TCC.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ABNT. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. As bibliografias desta disciplina se orientam a partir do referencial da temática de pesquisa dos acadêmicos (as).

COMPLEMENTAR:

ABNT. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. As bibliografias desta disciplina se orientam a partir do referencial da temática de pesquisa dos acadêmicos (as).